



RELATÓRIO

Atividades e Contas

2022

**ÍNDICE**

1 SÚMULA DA EXECUÇÃO	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
3 ACÇÕES REALIZADAS	10
3.1 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL	11
3.1.1 RESPOSTAS SOCIAIS (ERPI/SAD/CENTRO DE DIA/CATL)	12
3.1.2 EQUIPA AÇÃO PALIATIVA	13
3.1.3 CANDIDATURAS APRESENTADAS PROCOOP / PRR	14
3.1.2 CANTINAS SOCIAIS E POAPMC.....	16
3.2 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS.....	19
3.2.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE	19
3.2.2 UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO.....	21
3.2.3 MEDIDAS COVID-19.....	21
3.2.4 ESTÁGIOS DE ENFERMAGEM – ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	22
3.2.5 PROMOÇÃO DA SAÚDE ORAL.....	23
3.3 PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS	24
3.4 REABILITAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES DO COMPLEXO SOCIAL - ERPI.....	25
3.5 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS	26
3.6 A COMARCA DE ARGANIL	27
3.7 PARTICIPAÇÃO DA MISERCÓRDIA EM EVENTOS VÁRIOS.....	29
3.8 COLABORAÇÃO SECRETARIADO REGIONAL DE COIMBRA DA UMP E PARTICIPAÇÃO NA PLATAFORMA – SOMOS TODOS MISERICÓRDIA	32
3.9 FESTA DE SANTA ISABEL E OUTROS EVENTOS DE PROMOÇÃO CULTURAL.....	34
3.9.1 CONCERTO NA IGREJA DA MISERCÓRDIA – DIA INTERNACIONAL DA MÚSICA.....	35
3.9.2 ACOLHIMENTO ESTÁGIO DO AÇOR	37
3.10 PARCERIA COMUNIDADE ESCOLAR.....	38
3.11 CONTRATUALIZAÇÃO CLEANWATTS – energia verde.....	39
3.12 RASTREIO DO CANCRO DA MAMA.....	40
3.13 RECONHECIMENTO COLABORADORES	40
3.14 FORMAÇÃO.....	41
3.15 RECEÇÃO COMITIVAS PARTIDOS POLITICOS (PS E PSD)	42
3.16 INAUGURAÇÃO SIMBÓLICA DO HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS E CELEBRAÇÃO DOS 375 ANOS.....	44
3.17 AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ARSC E IMPUGNAÇÕES DE DECISÕES DA SEGURANÇA SOCIAL.....	46
3.18 ATIVIDADES DIVERSAS E OUTRAS PARCERIAS	52
3.19 NOVOS ORGÃOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026	56
3.20 JANTAR DE NATAL DE COLABORADORES	58
4 RESUMO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO	59
4.1 RENDIMENTOS	60
4.2 GASTOS	64
4.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	66
4.4 MAPA DE INVESTIMENTOS REALIZADOS	69
5 CONCLUSÃO	69
6 ANEXOS.....	73



1 | SÚMULA DA EXECUÇÃO

Não temos dúvida alguma de que os últimos três anos têm sido de uma enorme exigência, pois a seguir aos anos de maior impacto da Pandemia, 2020 e 2021, seguiu-se o ano transato que foi marcado pela conjugação das consequências resultantes, não apenas do impacto da COVID-19, mas de igual modo, dos **efeitos da guerra** que eclodiu na Ucrânia em 24 de Fevereiro de 2022.

A taxa de Inflação que já vinha dando sinais de aceleração no final de 2021, muito devido à escassez de produtos, em resultado da quebra das cadeias de produção, acabou por crescer de forma significativa, fruto do conflito bélico, muito suportada pelo impacto dos custos nas áreas energéticas e de alimentação, **atingindo uma média de 7,8% em 2022**, sendo que a taxa homóloga em Dezembro cifrou-se em 9,8%.

Por outro lado, o impacto dessa mesma **Inflação no Setor Social**, acabou por ser exponenciado, muito devido à enorme dependência que as Instituições têm ao nível dos consumos energéticos (gás, eletricidade, etc.) mas, simultaneamente, agravadas pelo peso da componente da alimentação e, muito em particular, dos custos com a “mão-de-obra”.

Do lado dos consumos energéticos, **o aumento de 20% a 30% do custo com a energia**, desequilibrou a tesouraria das Instituições, a par do **aumento dos produtos alimentares entre 15% a 20%**, acrescendo a isso o aumento dos custos com recursos humanos, muito impulsionados pelo aumento do Salário Mínimo Nacional que foi **atualizado em 6%**, passando de 665€ para 705€, acrescido dos custos com a Segurança Social, Seguros, e o Fundo de Compensação.

Contudo, e apesar do aumento dos custos com o SMN e, conseqüentemente, com a melhoria das condições de trabalho ao nível remuneratório, registou-se um **agravar das dificuldades em termos de recrutamento de colaboradores**, salientando-se que a política de formação pública terá que ser repensada, pois esta acaba por retirar do mercado de trabalho muita mão-de-obra, suportada num ciclo vicioso de cursos com bolsas atribuídas.

Assim, ao impacto da taxa da inflação (média de 7,8%) deverá somar-se o aumento com recursos humanos (Só o SMN foi 6%), o que terá representado, grosso modo, **mais de 15% de custos diretos para as Instituições**.



Em sentido inverso, verificámos que as **atualizações decorrentes da área da cooperação ficaram aquém do desejado e necessitado**, sendo que, em 2022, a atualização generalizada foi de apenas 3,6%, excetuando-se a resposta de ERPI com 8,4% e de Centro de Dia com 11,49%, esta última resposta em crise profunda em face da Pandemia.

No campo dos Cuidados Continuados Integrados, verificou-se uma atualização das comparticipações, sendo que na tipologia Média Duração e Reabilitação (UMDR) esta teve um aumento de 5,5%, neste caso mais 5€/diária e na tipologia de Longa Duração e Manutenção a atualização foi de 15,3%, correspondendo a 10€/diária.

Apesar destes aumentos, **o valor correspondente aos mesmos não foi suficiente**, mantendo-se em geral, um subfinanciamento da Rede de Cuidados Continuados, visto que o défice acumulado por ausência de atualizações de relevo no passado, absorveu qualquer tentativa de melhoria dos valores.

Foi perante o cenário macro em cima descrito que a Instituição desenvolveu a sua ação, procurando cumprir as suas metas, com os reajustes necessários para que a sua viabilidade não fosse posta em causa.

Mantendo as aprendizagens do passado recente, a Misericórdia procurou assegurar a **continuidade da vacinação dos seus utentes e colaboradores**, quer no âmbito do COVID-19, com a administração da quarta dose, mas também da gripe sazonal.

O recurso à **realização de testes antigénios**, quando a sintomatologia o justificava, ou no decurso do processo de admissão, foram mantidos como práticas para controlar eventuais situações de surtos.

No campo dos investimentos a Misericórdia deu **continuidade ao processo de reabilitação do Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, tendo realizado a inauguração, a título simbólico, do edifício em causa, apesar de continuarem alguns trabalhos no mesmo.

Nesse contexto de inauguração simbólica do antigo edifício, procedeu-se à **evocação dos 375 anos de existência desta Santa Casa**, fundada em 1647, e por isso, a mais antiga instituição de solidariedade social do concelho de Arganil.

No campo da cooperação com o Estado, foi possível **dar continuidade ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, assim como as **cantinas sociais**, sendo que



estas duas modalidades de apoio alimentar implicam um cada vez maior esforço suplementar da Instituição, face ao aumento de custos e ao reduzido apoio estatal na sua implementação e execução.

De igual modo, a Santa Casa **apresentou candidatura ao programa PROCOOP**, tendo como enfoque o alargamento da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), abrangendo a totalidade da capacidade autorizada, neste caso 40 utentes, em vez dos 25 comparticipados.

No campo do **Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)** foram apresentadas duas candidaturas, uma destinada à melhoria do conforto energético para o Lar de Idosos – ERPI, dando continuidade à anterior candidatura ao Programa PARES (ambas indeferidas), e uma outra destinada ao SAD, tendo em vista o aumento da capacidade, neste último caso passando de 40 para 60 utentes, com a componente inovadora da intervenção paliativa, mas também ela indeferida.

Considerando a importância da intervenção paliativa, a Misericórdia manteve, e apesar do indeferimento em cima descrito, **em funcionamento a sua equipa de ação paliativa**, agora incorporada na resposta social de SAD, o que valorizou e qualificou ainda mais esta valência da Instituição, assumindo um espaço vital de dinamização de serviços especializados, numa lógica de oferta inovadora.

Ainda no campo da cooperação, a Misericórdia **encetou o processo de reafecção das verbas não utilizadas na resposta social de Centro de Dia**, designadamente para reforço das respostas de lar de Idosos – ERPI e SAD, neste caso mais 4 e 8 utentes respetivamente a serem comparticipados, aguardando-se o despacho a esse pedido.

Simultaneamente, a aquisição de equipamento para os serviços de apoio **foi reprogramada no seu essencial para o ano de 2023**, tendo em conta as dificuldades acrescidas ditadas pelo cenário bélico que marcou o ano transato, e o impacto galopante dos custos de funcionamento por força da inflação.

Por último, mas não menos importante, destaque para a **realização das eleições na Misericórdia para o quadriénio 2023-2026**, tendo sido eleitos os novos Órgãos Sociais na Assembleia Geral de 20 de Dezembro, num ato fortemente participado, apesar de existir apenas uma lista única sujeita ao sufrágio, o que diz bem do envolvimento dos Irmãos na vida desta Instituição.



Em suma, a Instituição, à semelhança de outras, foi fortemente condicionada pelo agravamento da situação económica do País e do Mundo, tendo necessidade de reajustar as suas prioridades, mas mantendo o seu foco nos utentes e nos investimentos em curso.

Não obstante esse aumento das dificuldades, a Misericórdia procurou dar resposta às inúmeras solicitações de que foi alvo, tendo sido essencial a colaboração de todos, membros dos Órgãos Sociais e colaboradores.

2 | ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, é uma Instituição de direito privado, Fundada em 1647, à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, regendo-se pelo Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Desenvolve a sua atividade no âmbito da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, integrando a família das Misericórdias, e encontra-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso.

Atualmente, está estruturada de acordo com três Complexos, designados de Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural.

No designado Complexo Social estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Esses acordos de cooperação radicam nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).



Ainda no caso do SAD, deve ser realçada a existência de competências no campo da ação paliativa, através da existência e colaboração de um médico e enfermeira que promovem a prática desta intervenção em contexto domiciliário.

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como são o caso do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC- FEAC), a par das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

Estão ainda associados ao Complexo Social, isto no campo das parcerias, os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção local, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI/NLI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, sem esquecer a Loja Social onde a Misericórdia marca presença.

Por seu turno, o Complexo de Saúde, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde.

Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C).

Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Também o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição e que se deseja venha a ser direcionado para a componente da intervenção paliativa.



Já no que concerne ao Complexo Desportivo e Cultural, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Ainda nesta estrutura da Instituição está inserida A Academia Condessa das Canas, localizada na antiga Escola Adões Bermudes, sita no paço Grande, onde são promovidas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet e do canto, neste último caso através do Orfeon Maestro Alves Coelho, embora este ainda com a atividade suspensa.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização efetuado no âmbito de diversas iniciativas culturais.

A Igreja da Misericórdia, apesar de ter tido a abertura ao público condicionada nos anos da Pandemia, continua com uma utilização limitada, tanto mais de que foi alvo de um assalto, realizando-se contudo aí, as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel.

Ainda no campo da cultura, realce para o papel do jornal **A Comarca de Arganil**, título centenário e de importância significativa na historiografia contemporânea da região, contando com mais de 122 anos de existência e que abrange concelhos como Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares, Penacova, Lousã e Miranda do Corvo, correspondendo assim a uma amplitude de nove (9) concelhos.

3 | ACÇÕES REALIZADAS

Depois de dois anos fortemente marcados pela Pandemia, a Instituição procurou desenvolver um conjunto de ações destinadas à recuperação, e até mesmo de ampliação, da sua capacidade de resposta junto da comunidade.

No entanto, não foi de somenos importância o facto de a quase totalidade do ano de 2022 ter sido marcado pelo estalar da guerra na Ucrânia, com a invasão deste País pela Federação Russa,



o que originou impactos, não apenas de natureza económica mas também de natureza social, como foi o caso da necessidade de acolhimento de refugiados de guerra em Portugal.

Esses impactos condicionaram a realização de vários investimentos, com a consequente reprogramação para 2023, ao mesmo tempo que implicaram uma flexibilização das prioridades para que os investimentos em curso, bem como o apoio aos utentes, não fossem prejudicados.

3.1 | ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL

A celebração de acordos de cooperação, ou a revisão destes, na esfera do Instituto da Segurança Social (ISS,IP), continua a ser um pilar essencial para a ação da Misericórdia, razão pela qual ao longo de todo ano transato a Instituição procurou reforços dos níveis de comparticipação por parte do parceiro Estado.

Nesse sentido, deverá ser destacada a celebração de novo acordo de cooperação para a resposta de Lar de Idosos – ERPI, o qual veio ainda a suceder em Dezembro de 2021, o que permitiu a introdução da figura da reserva de vagas para a Segurança Social, ou vagas cativas.

Assim, regularizada a capacidade da ERPI em 120 lugares, a Segurança Social passou a deter 10 lugares do total de 95 utentes comparticipados pelo ISS,IP.

Esses 10 lugares passaram a ter uma comparticipação máxima por parte da Segurança Social de 960,00€/mês, deduzindo-se a esta a eventual comparticipação do utente, sendo que a sua ocupação foi sendo gradual ao longo do ano transato e à medida que as camas iam sendo disponibilizadas.

Outra medida incorporada na cooperação com a Segurança Social, foi a continuidade das designadas vagas extra-acordo, neste caso em número de 4, destinadas a pessoas provenientes das estruturas hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com uma comparticipação mensal de até 1.300,00€/mês, isto em 2022, deduzindo-se a esse valor a eventual comparticipação do utente.

Estes 4 lugares que compõem as vagas extra-acordo não estão incluídos no pacote de 95 utentes comparticipados, mas somam a estes.



Ainda nesta componente da cooperação, destaque para o processo de reafectação de verbas provenientes da resposta de Centro de Dia – Sede, tendo em vista o seu reaproveitamento nas respostas de Lar de Idosos – ERPI, neste caso para mais 4 utentes, e Serviço de Apoio Domiciliário, neste último em mais 8 utentes.

Até à data em que foi elaborado o presente documento o referido assunto continua a sua tramitação, sendo exetável que o seu real impacto apenas venha a suceder no decurso de 2023.

3.1.1 | RESPOSTAS SOCIAIS (ERPI/SAD/CENTRO DE DIA/CATL)

Em relação às respostas sociais inseridas no âmbito dos acordos de cooperação com a Segurança Social, constatou-se uma dificuldade acrescida na retoma dos índices de frequência em alguns equipamentos, designadamente no Centro de Dia da sede.

Assim, verificámos que a média de frequência na resposta assegurada pela sede foi de 12 em 2022, tendo apoiado um total de 19 utentes ao longo dos doze meses.

A média de idades no equipamento sito na sede da Instituição foi 80 anos, e em termos de distribuição por género, 10 utentes pertenciam ao género feminino e 9 ao masculino.

Por outro lado, o nível de frequência no Centro de Dia de Secarias foi de 9,41 utentes, tendo esta resposta apoiado um total de 14 pessoas, cuja média de idades foi de 82 anos e o género predominante foi o feminino com 9 mulheres, contra 5 do género masculino.

Em relação à resposta de ERPI-Lar de Idosos podemos verificar que no ano transato os 95 lugares em acordo estavam preenchidos, acrescentando as vagas hospitalares (4), a par de utentes sem participação com a tutela, mas dentro da capacidade autorizada.

O número médio de utentes, entre os previstos em acordo (incluindo as vagas cativas), os utentes das vagas hospitalares e os extra-acordo, foi de 111 no ano de 2022, tendo sido apoiados um total de 137 pessoas nesta resposta.

Em relação à média de idades ela foi de 84 anos, sendo a distribuição por género feita da seguinte forma: 93 eram do sexo feminino, apresentando uma média de idades de 86 anos, e 44 do sexo masculino, tendo uma média de idades de 82 anos.



No âmbito do SAD, verificou-se uma frequência de 50 utentes ao longo do ano, sendo que a média mensal de frequência foi de 36 pessoas.

Podemos ainda dizer, que a média de idades do universo apoiado foi de 79 anos de idade, e o género maioritário foi o feminino com 30 mulheres apoiadas, enquanto o género masculino teve 20 homens a beneficiar desta resposta social.

Dizer também, que na resposta tradicional de SAD estão contabilizados 5 utentes apoiados no âmbito da ação paliativa, e que beneficiam da estrutura tradicional, acrescida de serviços específicos como o apoio médico.

Apesar dos níveis de frequência mensal serem superiores a 25 utentes, e a capacidade da resposta ser de 40 utentes, a Segurança Social manteve o apoio apenas ao primeiro número que aqui indicámos (25).

Quanto ao Centro de Atividades e Tempos Livres os índices de frequência mantiveram-se estabilizados (60) nos números previstos na cooperação com o Estado, enquanto nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) assistiu-se a um crescimento do número de crianças apoiadas, sendo que, em 31 de Dezembro essa cifra era 48.

Recorde-se que as AAAF resultam de protocolo de colaboração estabelecido com a Câmara Municipal de Arganil.

Deve ainda ser realçado, no âmbito do CATL/AAAF, o apoio prestado a 28 crianças no contexto de terapia da fala, o que é deveras significativo no âmbito de uma intervenção rápida para resolver precocemente diversos problemas associados ao uso da linguagem oral.

3.1.2 | EQUIPA AÇÃO PALIATIVA

Ao longo dos últimos três anos a Misericórdia tem procurado dinamizar uma resposta vocacionada para a área dos paliativos, sendo que, atualmente, associa ao SAD tradicional uma estrutura dotada de médico e enfermeiro especialista que acompanha cidadãos com necessidades de apoio no âmbito da ação paliativa.

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao longo de 2022, a Instituição prestou apoio a 18 cidadão, dos quais 8 eram do género feminino e 10 do género masculino.



Desses, 5 estavam integrados na reposta de SAD (faziam parte dos 36 utentes apoiados pela resposta social), enquanto 13 estavam radicados em outras respostas como ERPI, UCCI e comunidade.

A permanência deste tipo de utentes, em face das particularidades das patologias que os afetam é, por norma, mais curto.

Contudo, a disponibilização por parte da Misericórdia de apoio mais especializado, permite e permitiu mitigar algumas das carências locais, sendo que a Instituição tem já uma rede de parcerias com entidades hospitalares que têm vindo a sinalizar diversas situações que carecem de uma intervenção diferenciada.

- **Componente de Ação Paliativa/Distribuição proveniência**

- ✓ SAD: 5
- ✓ ERPI – SCMA: 3
- ✓ ERPI – Outra IPSS: 1
- ✓ UCCI – Arganil: 2
- ✓ Comunidade: 7

3.1.3 | CANDIDATURAS APRESENTADAS PROCOOP / PRR

Durante o ano de 2022 foram prosseguidas as candidaturas ao PROCOOP e PRR, abrangendo as respostas sociais de SAD e de ERPI, sendo que todas elas foram indeferidas.

Tendo por base a existência de uma taxa de cobertura significativa no âmbito dos critérios de avaliação por parte do ISS,IP, as referidas candidaturas não mereceram a aprovação pela tutela, o que se traduziu na não realização de investimento destinados à requalificação de alguns espaços do Complexo Social.

Ao nível do PROCOOP, a candidatura apresentada em 9 de Dezembro de 2021 incidia sobre a pretensão na ampliação do nível de comparticipação dos utentes do SAD, designadamente a majoração em 125% por cada um dos beneficiários da resposta, num total de 32 utentes, a que corresponderia um aumento em mais 7 utentes apoiados pela Segurança Social.

Assim, a pretensão era a de proceder à distribuição de uma majoração de 125% (2 serviços/ 7 dias da semana) relativa a 20 utentes e 145% (4 ou mais serviços /7 dias da semana) para 12 utentes.



O financiamento mensal em caso de deferimento era de 10.595,76 € (312,37 € * 20 utentes + 362,355 € * 12 utentes), em contraponto ao financiamento mensal atual que é de 7.497,00 € (249,90 € * 15 utentes + 374,85 € * 10 utentes).

Com efeito, o deferimento desta candidatura teria possibilitado a diferenciação positiva em termos de comparticipação do ISS,IP., designadamente ao nível dos serviços prestados, nomeadamente ao fim-de-semana, contribuindo, em simultâneo, para um acréscimo de financiamento mensal da resposta social de 3.098,76 €, tendo por base o valor da comparticipação estabelecido no Protocolo de Cooperação de 2021/2022.

Em relação ao PRR foram apresentadas duas candidaturas ao aviso Investimento RE-C03-I01: Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais | N.º 02/C03-I01.M01 – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, uma destinada ao SAD e outra á resposta de ERPI - Lar de Idosos.

Candidatura SAD | Estamos Mais Próximos de Quem Precisa

- Candidatura submetida a 04/03/2022;
- Objetivo da Candidatura: Remodelação de 25 Lugares e criação de 35 Lugares (60 lugares no total);
- Componente Financeira:
Total de Custos Previstos - 73 149.98 € (67 200.00€ proveniente de financiamento público + 5 949.98€ investimento próprio).
- Candidatura Indeferida

ERPI | Conforto para Melhor Cuidar

- Candidatura submetida a 04/03/2022;
- Objetivo da Candidatura: Remodelação de 95 Lugares e criação de 25 Lugares (120 lugares no total);
- Componente Financeira:
Total de Custos Previstos - 573 229.76€ (proveniente de financiamento público).
- Candidatura Indeferida

Infelizmente, e apesar das duas candidaturas terem sido aprovadas com mais de 90% de pontuação em sede do Conselho Local de Ação Social (CLAS), estas não tiveram por parte da



entidade gestora do Programa o merecido acolhimento, tendo sido indeferidas, tendo por base os níveis de cobertura já existente no território.

Contudo, e mais incompreensível, foi a análise da candidatura do SAD que assentava numa resposta inovadora vocacionada para os Paliativos, inexistente na região, mas que não obteve da entidade gestora a devida compreensão, tendo sido penalizada.

Verificamos pois, que o PRR está longe de corresponder às expetativas que foram criadas ao longo dos últimos meses.

3.1.2 | CANTINAS SOCIAIS E POAPMC

Dando continuidade ao apoio alimentar à comunidade, a Misericórdia manteve em funcionamento o protocolo estabelecido com o Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra destinado ao fornecimento de refeições no concelho de Arganil, através de uma rede de parcerias locais.

Assim, as cantinas sociais, que surgiram no âmbito do então Programa e Emergência Social (PES), asseguraram o fornecimento de **8945 refeições ao longo do ano**, perfazendo uma média diária de 25 refeições, correspondendo a idêntico número médio de beneficiários apoiados por mês e 22 agregados familiares.

Esta medida, cuja duração temporal era expetável ser transitória, tem vindo a manter-se ao longo dos últimos anos, com especial incidência no seu reforço durante o período de pandemia e tem sido suportada no terreno com as diversas parcerias estabelecidas com várias Instituições de Solidariedade Social.

Desse leque de instituições fazem parte a Associação Humanitária da Casa do Povo de Barril do Alva, a Cáritas Diocesana de Coimbra, o Centro Social da Freguesia dos Cepos, o Centro Paroquial de Coja, o Centro Social e Paroquial de Sarzedo, e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova de Alva.



Refeições Instituição/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
A. S.H. Barril de Alva	124	112	124	120	124	120	124	124	120	124	120	120	1456
Cáritas de Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20
C. S. da Freguesia de Cepos	25	24	27	24	26	24	26	26	25	25	25	25	302
C. S. Paroquial de Benfeita	31	28	39	60	62	60	62	62	60	62	60	62	648
C. S. Paroquial de Côja	0	0	16	30	31	30	31	31	30	2	0	0	201
C. S. Paroquial de Sarzedo	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	365
S.C. M. Arganil	328	320	356	340	341	330	372	372	371	342	330	356	4158
S.C. M. Vila Cova de Alva	125	140	155	150	155	150	155	155	150	155	150	155	1795
Total	664	652	748	754	770	744	801	801	786	741	715	769	8945

Tabela n.º 1 distribuição de refeições cantinas sociais por entidades

A Misericórdia de Arganil assegurou, diretamente, o fornecimento de **47% do número total** das refeições, o que não deixa de ser um esforço suplementar, não apenas no transporte das mesmas, mas de igual modo, e à semelhança das entidades parceiras, no que à confeção diz respeito, sendo que a comparticipação do Estado é de 2,5€, valor inalterável há mais de uma década.

Ao nível do POAPMC a Santa Casa manteve o papel de entidade coordenadora e mediadora, assumindo-se como Pólo de receção e distribuição dos géneros alimentares, tendo apoiado, diretamente, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril 183 beneficiários, em maio, junho e outubro, 173 beneficiários, julho e setembro 168 beneficiários, novembro 180 beneficiários e dezembro 181 beneficiários.

A oscilação do número de beneficiários teve que ver, por um lado pelas várias alterações à dinâmica do projeto imposta pela tutela, e por outro, pela ausência de sinalizações por parte da Segurança Social, originando em alguns meses um número inferior a 182 beneficiários.

Em relação às congéneres de Vila Nova de Poiares e Penacova, ambas entidades mediadoras, verificou-se uma oscilação no número de beneficiários à semelhança da Misericórdia de Arganil, embora o número de beneficiários apoiados por essas duas entidades se mantenha em números inferiores ao da entidade Coordenadora-mediadora.



➤ **Irmadade de Nossa Senhora das Necessidades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Poiares**

Nos meses de janeiro, fevereiro e março foram abrangidos 101 beneficiários, em abril, maio e junho 100 beneficiários, julho 93 beneficiários, agosto 87 beneficiários, setembro 83 beneficiários, outubro 82 beneficiários, novembro 72 beneficiários e dezembro 90 beneficiários.

Os meses em que os beneficiários estiveram abaixo dos 100 beneficiários, foi por falta de sinalizações.

➤ **Santa Casa da Misericórdia de Penacova**

Nos meses de janeiro, março e abril foram abrangidos 110 beneficiários, fevereiro e outubro 106 beneficiários, maio, junho, novembro e dezembro 109 beneficiários, julho 104 beneficiários, agosto 101 beneficiários e setembro 102 beneficiários.

Quanto aos números totais apoiados nos três territórios (Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova) podemos verificar o seguinte:

Janeiro e março – 394 beneficiários

Fevereiro – 390 beneficiários

Abril – 393 beneficiários

Maio e junho – 382 beneficiários

Julho – 365 beneficiários

Agosto – 356 beneficiários

Setembro – 353 beneficiários

Outubro e novembro – 361 beneficiários

Dezembro – 380 beneficiários

Em suma, podemos dizer que o POAPMC tem um impacto significativo no que à distribuição de géneros alimentares diz respeito, mas também não é menos importante de realçar que são as entidades do Setor Social, no caso em apreço, que asseguram esta intervenção com encargos cada vez maiores, em detrimento do Setor Estado que não tem respondido de forma célere às



necessidades de reforço de financiamento, especialmente tendo em conta todos os impactos decorrentes do aumento de custos ao nível dos combustíveis eletricidade, mão-de-obra, etc.

3.2| ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS

No campo da articulação com a Saúde, destacou-se a Unidade de Cuidados Continuados – Dr. Fernando Valle, que funciona com duas tipologias desta rede – Média Duração e Reabilitação / Longa Duração e Manutenção, cada uma com 12 camas instaladas, perfazendo um total de 24 camas no mesmo edifício.

Por outro lado, a Misericórdia conta ainda com uma Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), que serve não apenas diversas respostas do universo da Instituição, mas acima de tudo dá resposta à comunidade envolvente e concelhos limítrofes.

Esta conta com uma equipa composta por 3 fisioterapeutas, e dois médicos fisiatras, um dos quais responsável técnico por esta unidade, para além disso conta também com o pessoal de apoio administrativo e auxiliar.

Por último, no campo da colaboração com o Setor Estado no âmbito da saúde, existe a expectativa de que o Hospital de Beneficência Condessa das Canas possa entrar em breve em funcionamento no campo dos cuidados paliativos, ou outra área da cooperação no âmbito do cuidar.

3.2.1| UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE

No campo da articulação e colaboração com a Saúde destaque para a Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Hospital Dr. Fernando Valle (UCCI), que manteve em funcionamento as duas tipologias que a compõe – Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção, cada uma delas com 12 camas atribuídas.

Durante o ano transato, foram admitidos na UCCI um total de **67 utentes**, **46** dos quais na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (UMDR)** e **21** na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (ULDM)**, mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos.



Sinteticamente, durante o ano de 2022 a UCCI prestou apoio a **88 utentes**, dos quais **55 (62.5%) na UMDR e 33 (37.5%) em ULDM**. Acréscimo substancial dos utentes apoiados em ULDM.

No que concerne aos níveis de ocupação, podemos referir que esta é diferente conforme as duas tipologias, no entanto, em ambas foi superior a 85%.

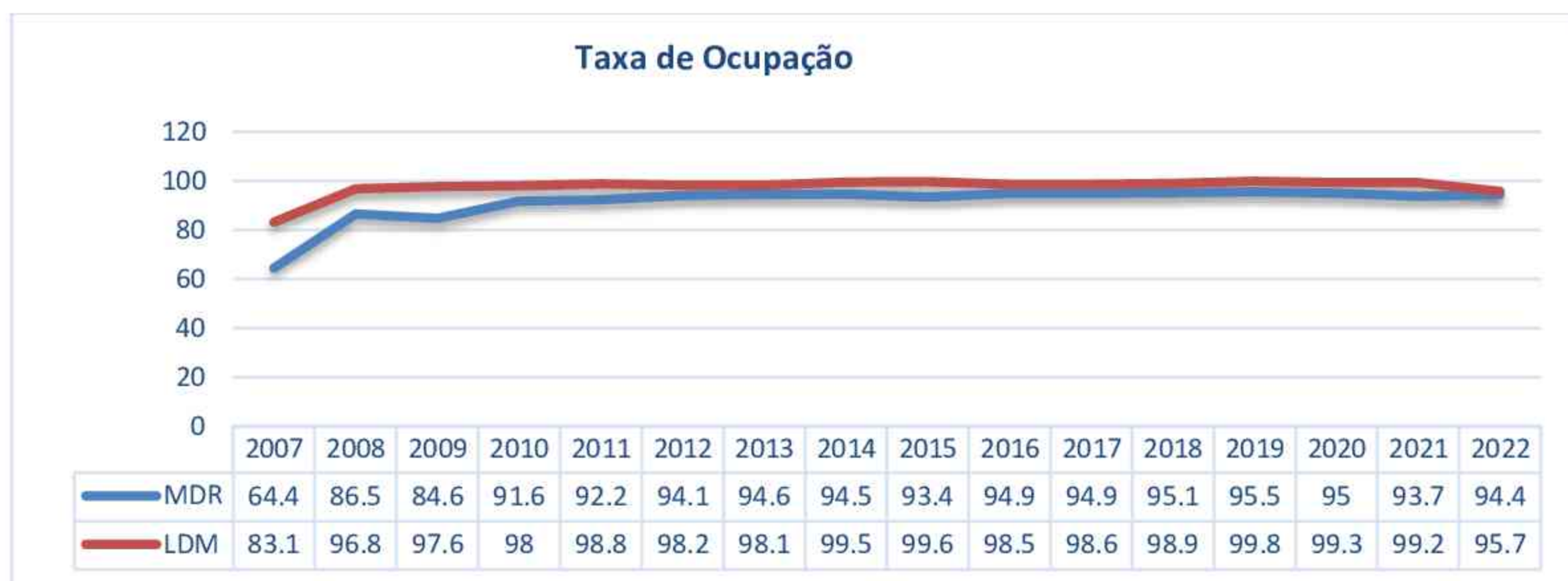


Gráfico n.º 1: Evolução Taxa de Ocupação

Relativamente à taxa de ocupação em ULDM, esta desceu ligeira, face a 2021 que teve uma Média de 99.2%, mas em 2022 caiu para 95.7%.

Quanto à UMDR, esta registou uma ligeira subida, apresentando um valor médio de 94.4% em 2022, face a 2021 que foi de 93.7%.

TAXA DE OCUPAÇÃO 2022

	UMDR	ULDM
JANEIRO	94,4%	100,0%
FEVEREIRO	97,0%	97,9%
MARÇO	93,5%	91,7%
ABRIL	95,0%	95,8%
MAIO	94,1%	98,9%
JUNHO	92,5%	97,8%
JULHO	88,4%	90,9%
AGOSTO	94,1%	97,6%
SETEMBRO	94,7%	93,6%
OUTUBRO	96,8%	87,1%
NOVEMBRO	98,3%	97,8%
DEZEMBRO	94,4%	98,7%
MÉDIA	94,4%	95,7%

Tabela n.º 2: Registo da Taxa de Ocupação nas diferentes tipologias



3.2.2 | UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO

Apesar da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR) ter vindo, gradualmente, a recuperar os seus índices de procura e respetiva faturação, ainda se verifica que continua aquém dos valores obtidos no período pré-pandemia. Por outro lado, a oferta no território e área envolvente aumentou, nomeadamente ao nível da intervenção no campo da manutenção física.

Tal situação deu origem a uma menor procura dos serviços na unidade da Misericórdia, já para não falar dos valores que o Ministério da Saúde continua a pagar no âmbito da convenção, e cuja atualização está longe de acompanhar o aumento de custos, designadamente com o pessoal e os consumíveis.

No campo do serviço mais recente prestado na UMFR, destaque para a terapia da fala que acompanhou 14 crianças de forma regular e na sequência das respetivas prescrições clínicas.

3.2.3 | MEDIDAS COVID-19

Aproveitando as boas práticas adquiridas ao longo da pandemia, a Instituição manteve um conjunto de procedimentos destinados à proteção de utentes e colaboradores ao longo de 2022.

Assim, foi implementada a quarta dose da vacina contra a COVID-19, abrangendo utentes e colaboradores, ao mesmo tempo que decorreu a vacinação contra gripe sazonal.

Nesse sentido, podemos dizer que foram vacinados com a quarta dose na resposta de ERPI, 109 utentes, distribuídos por dois períodos (Abril e Outubro) e idêntico número para a vacina da Gripe.

Idêntico procedimento foi estendido às respostas de Centro de Dia Sede e Secarias, embora nestas duas respostas sociais o recurso ao Centro de Saúde, mediante convocatória pelos serviços dessa entidade, tenha coberto mais utentes.

Simultaneamente, foi mantida a necessidade de apresentação de teste negativo COVID-19 para os utentes admitidos na resposta de ERPI, bem como na contratação de colaboradores ao qual foi solicitada a apresentação de prova de vacinação, face ao público mais vulnerável com que a Misericórdia trabalha.



De igual modo, o Plano de Contingência e Manual de visitas foram sendo ajustados às orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), sendo que foram incorporadas algumas medidas no próprio regulamento interno da Instituição como boas práticas, designadamente ao nível das visitas.

Vacina Gripe + Reforço Covid-19

SEDE	
1. António de Almeida Fontes	Sim
2. M ^a Conceição Batista	Sim
3. Elza da Cunha Guerra	Sim
4. M ^a Cidália Fernandes	Sim
5. M ^a Prazeres Catarino	Sim
6. João Bilha Rosa Santos	Sim
7. Olinda Costa	Sim
SECARIAS	
1. M ^a Nascimento Henriques	Sim
2. Augusto Henriques	Sim
3. Cesaltina Oliveira	Sim
4. Manuel Florindo Costa	Sim

Tabela n.º 3: Vacinação Centro de Dia

3.2.4| ESTÁGIOS DE ENFERMAGEM – ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Ao longo dos últimos dois anos, e depois de um trabalho de aproximação com o ensino superior, tem sido desenvolvida uma parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra que, mais uma vez, possibilitou a presença de diversos alunos de enfermagem na UCCI – Dr. Fernando Valle.

Desta forma, teve lugar o Ensino Clínico em Situações de Défice no Autocuidado, concretizando assim o convite da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra à Misericórdia de Arganil, por via da sua UCC, possibilitando a presença de vários estudantes do 2º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, conjuntamente com os seus orientadores.

Essa presença, implicou o cumprimento de um conjunto de normas relacionadas com a política de prevenção implementada pela Instituição no âmbito da Pandemia, com a respetiva apresentação por parte dos alunos de certificado de vacinação e teste negativo para a COVID-

19, tendo sido recebidos um total de 18 estudantes de enfermagem, distribuídos por três períodos.

Assim, estes Ensinos decorreram nas seguintes datas:

- De 03/01/2022 a 27/01/2022: 6 estudantes
- De 31/01/2022 a 25/03/2022: 6 estudantes
- De 21/11/2022 a 31/12/2022: 6 estudantes

Para a Misericórdia de Arganil, esta colaboração tem possibilitado uma maior aproximação às entidades educativas de nível superior, promovendo uma partilha de conhecimentos e a disseminação de boas práticas.



Foto n.º 1: Estágios de Enfermagem UCCI – Dr. Fernando Valle

3.2.5 | PROMOÇÃO DA SAÚDE ORAL

Tendo como enfoque o bem-estar dos utentes das várias respostas sociais da Instituição, foi desenvolvido um programa de sensibilização para a promoção da saúde oral, com o apoio e contributo de uma médica dentista que, no dia 24 de Outubro, se deslocou à Misericórdia.

Assim, não apenas os mais velhos, mas também os mais novos, tiveram contacto direto e em primeira mão com as questões do bem-estar dentário e as suas implicações, mas de igual modo com os procedimentos para preservar a saúde a esse nível.



Fotos n.º 2 e 3: Promoção saúde oral ERPI/CATL

3.3| PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

Com o incremento da obrigatoriedade da gestão das faixas de combustíveis, tendo em vista a proteção e diminuição dos riscos de incêndios, a Misericórdia tem desenvolvido, anualmente, as ações destinadas à prossecução desses objetivos.

Assim, e ao invés de recorrer a serviços externos a equipa de colaboradores alocada à manutenção da Mata e dos Jardins, assumiu esses trabalhos, o que tem impactos ao nível dos trabalhos para a própria entidade, designadamente entre os meses de Janeiro a Abril.

Por outro lado, a manutenção dos vários espaços de lazer existentes na Mata das Misericórdias, a sua limpeza, mas de igual modo, a manutenção das sebes e vedações foi outra das preocupações da equipa responsável, para que os visitantes e comunidades, no período em que aquele espaço é acessível ao público, possa usufruir do Largo da Memória, da Rua das Freguesias, da Rua das Misericórdias, das cascatas e charcas, dos auditórios ao ar livre, da Rua dos Professores, do percurso dos Poetas e tantas outras coisas.

De igual modo, foram feitas intervenções junto ao espaço da ribeira, tendo em vista o suporte de terras, com especial incidência junto ao depósito de gás, o que permitiu uma maior proteção dessa zona e de toda a envolvente.



Foto n.º 4 : Suporte de terras e limpeza da ribeira junto ao depósito de gás



Foto n.º 5: Resultado final da intervenção

3.4| REABILITAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES DO COMPLEXO SOCIAL - ERPI

Ao longo dos últimos anos o pavimento que permite o acesso ao Complexo Social, designadamente ao Lar de Idosos – ERPI, mas de igual modo aos serviços de reabilitação da Instituição tinham vindo a degradar-se, o que implicava uma intervenção na respetiva reabilitação.

Nesse sentido, a Instituição, durante o período de verão, procedeu à repavimentação e regularização desses acessos, beneficiando, diretamente os utentes da Misericórdia, mas de igual modo a comunidade que recorre aos serviços da Instituição.

O investimento realizado foi no valor vinte e um mil, seiscentos e sessenta euros e vinte e um cêntimos (21.660,21€), acrescido da taxa de IVA em vigor, tendo a autarquia apoiado a intervenção com o montante de vinte quatro mil euros (24.000,00€).



Foto n.º 6: Reabilitação acessibilidades

3.5 | ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Na vertente cultural a Instituição manteve em funcionamento a sua academia, com especial destaque para a colaboração com a jovem Tamára Simão, responsável pelo desenvolvimento artístico e do ensino do Ballet.

Beneficiando do espaço da antiga escola Adães Bermudes, sita no Paço Grande, o ensino e prática do bailado clássico tem sido uma referência na afirmação do projeto da Academia Condessa das Canas, tendo hoje uma frequência de mais de 60 crianças e jovens que encontram na prática da dança uma forma de promoção da confiança e da autoestima.

Hoje, o nome da Academia é reconhecido na região e nos concelhos limítrofes, como Tábua, Oliveira do Hospital, Penacova e Góis, para além de Arganil.

Em 2022, foi possível, nos dias 18 e 24 de Julho respetivamente, a apresentação do espetáculo “Giselle” nos concelhos de Tábua, no respetivo Centro Cultura, e Arganil no Paço Grande, este último foi um evento ao ar livre que marcou pela diferença.

Ao fim de alguns anos de atividade, regista-se, não apenas a envolvimento dos pais, mas de igual modo, o reconhecimento pela oferta na região de uma disciplina como é a dança, que tem contribuído para a formação das nossas crianças e jovens.



Foto n.º 7: espetáculo “Giselle” em Arganil

3.6 | A COMARCA DE ARGANIL

Sendo um jornal centenário, e por isso um registo da história da região, podemos dizer que 2022 ficou marcado para este título, pela crescente afirmação territorial do mesmo.

Nesse sentido, é bem visível a presença d' *A Comarca de Arganil* nos nove concelhos da Beira Serra, Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Lousã, Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo.

Por outro lado, a diáspora desta nossa região continua a subscrever este periódico, nomeadamente a comunidade radicada em Lisboa, mas também na Europa e Américas.

Contudo, a projeção do jornal levou-o a promover e patrocinar duas conferências subordinadas ao papel das Ordens Profissionais, especialmente tendo em conta a alteração legislativa que correu curso no ano transato e relativa a estas organizações às quais lhe são acometidas funções públicas.



Foto n.º 8: Conferência sobre Ordens Profissionais em Tábua

Assim, no Centro Cultural e Tábua (CCT), no dia 12 de Maio, e no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, no dia 15 de Julho, realizaram-se duas conferências com significativa participação.



Foto n.º 9: Conferência em Vila Praia de Âncora sobre o papel das Ordens Profissionais

Outra das iniciativas promovidas pelo Jornal foi o lançamento de uma petição pública para a atribuição do nome do Dr. Alberto Ferreira à Escola secundária de Arganil, aguardando-se a passagem desse edifício para a esfera da Câmara Municipal tendo em vista a entrega formal do pedido.



Foto n.º : Dr. Alberto Ferreira – 1º Diretor da Escola Secundária de Arganil

Para além das atividades atrás descritas, e porque o jornal *A Comarca de Arganil* é um órgão que promove a cultura, o ano de 2022 ficou ainda marcado pelo patrocínio e apoio ao lançamento



de uma obra poética – “*Poemas ao acaso*”, da autoria de Lino Salgueiro (pseudónimo de Avelino Pedroso) e cujo lançamento veio a ocorrer já em Janeiro (14) de 2023.

Outro dado a sinalizar é o de que o jornal **teve publicadas cinquenta e uma edições (51)**, correspondendo a idêntico número de semanas, na medida em que no mês de Dezembro foram apenas publicadas três edições, como é habitual, em face da quadra natalícia.

Quanto à tiragem média por edição, esta **foi de dois mil e duzentos e seis jornais (2.206)**, tendo sido o número médio de assinantes de **dois mil e vinte cinco (2.025)**, isto na edição papel, enquanto que **a edição online foi subscrita por trezentos e dois (302)** assinantes, dos quais cento e trinta e três (133) pertencem ao Agrupamento de Escolas de Arganil.

Esta opção de aproximação à juventude por parte do jornal, integra-se numa estratégia de sensibilização para leitura deste título, tendo sido apenas cobrado o valor de cinco euros (5€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no âmbito de uma parceria estabelecida com essa entidade escolar.

3.7 | PARTICIPAÇÃO DA MISERICÓRDIA EM EVENTOS VÁRIOS

Ao longo do ano que findou a Instituição manteve a sua presença e participação num conjunto de eventos e certames de referência local, com destaque para o regresso da *Feira do Mont'Alto*, que faz parte do património histórico da Misericórdia, através da presença na Ficabeira que teve lugar no período habitual, ou seja no início do mês de Setembro.



Foto n.º 11: Participação na Feira do Mont'Alto e FICABEIRA

Nesse certame, a Instituição marcou presença com o seu habitual stand, que neste caso teve como temática a Academia Condessa das Canas, com especial atenção ao Ballet.

A escolha desse tema levou em consideração o momento pós-pandemia e a necessidade de estimular a cultura e a promoção das atividades artísticas para os mais jovens.

Num momento anterior, a Misericórdia marcou também presença na Feira das Freguesias, que teve lugar durante a segunda semana do mês de Julho, assumindo a representação da “barraca” da Freguesia de Secarias, onde está radicado um dos seus Centros de Dia.



Foto n.º 12: Presença na Feira das Freguesias

Entre 30 de Setembro e 2 de Outubro a Instituição esteve ainda presente e participou na XIX Feira de S. Miguel realizada na Freguesia de Secarias, representando assim o Centro de Dia aí radicado.



Foto n.º13: Participação na XIX Feira de S. Miguel

3.8| COLABORAÇÃO SECRETARIADO REGIONAL DE COIMBRA DA UMP E PARTICIPAÇÃO NA PLATAFORMA – SOMOS TODOS MISERICÓRDIA

A Misericórdia de Arganil tem assumido, desde há muito, um papel interventivo no movimento das Misericórdias Portuguesas, colaborando, quer ao nível do Secretariado Nacional e quer ao nível do Secretariado Regional, neste último caso através do seu Diretor Geral que tem dado assessoria técnica a esta última estrutura de âmbito distrital.

Mas de igual modo, participa ativamente nas diversas atividades promovidas, nomeadamente pelo Secretariado Regional, destacando-se no último ano, não apenas as reuniões desse órgão, mas muito especialmente o III encontro de Misericórdias da Diocese de Coimbra, e que teve como pano de fundo a solidariedade para com as vítimas da guerra na Ucrânia e para com as vítimas da pandemia, tendo-se realizado em Coimbra na Sé Nova no dia 12 de Março.

Este encontro, contou com a presença de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.



Foto n.º14: Encontro das Misericórdias da Diocese de Coimbra

Talvez resultado dessa constante participação e intervenção, a Mesa Administrativa tem a perfeita consciência de que, ao longo dos últimos anos, tem-se assistido a um degradar das Instituições de Solidariedade Social, cada vez mais a braços com enormes dificuldades de sustentabilidade.

Nesse sentido, tem a Misericórdia procurado equilibrar as decisões indispensáveis ao funcionamento da Instituição, ponderando sempre o seu impacto na comunidade local e a necessária coesão social, em face dos mais de 150 trabalhadores ao seu serviço, isto para além desta entidade ser parte ativa da economia local, resultado do número de utentes apoiados, das



respostas sociais que desenvolve e toda a dinâmica associada à prestação de serviços e aos investimentos necessários.

Obviamente, a Misericórdia de Arganil assume não apenas como prioridade, mas também como sua responsabilidade, o desenvolvimento da sua capacidade de reflexão e avaliação sobre a estratégia que a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) tem vindo a seguir na defesa das suas associadas.

Nesse sentido, entende a Mesa Administrativa desta Misericórdia, que tem faltado, especialmente nos últimos dois anos, uma visão de longo prazo, um planeamento atempado e adequado, e uma postura firme e assertiva na defesa das Santas Casas, por parte do atual Secretariado Nacional da UMP, junto do Setor Estado e de quem o representa.

Razões que levaram a Instituição a assumir a participação, contribuindo para a sua dinamização, do movimento informal de reflexão intitulado – *Somos Todos Misericórdia* – incumbindo um dos seus Mesários para manter uma presença ativa nessa plataforma, disponibilizando alguns recursos para esse efeito, o que possibilitou o desenvolvimento do logótipo do movimento e a elaboração de algumas comunicações, devidamente divulgadas e expedidas.

Tal, fundamentou-se na imperiosa necessidade de abrir espaço ao debate e discussão sobre qual o papel das Misericórdias no âmbito da sua atuação em complemento ao Estado e ao modelo de proteção social vigente.

Assim, e considerando que em 2023, mais precisamente no final do ano, haverá lugar a eleições para os órgãos nacionais da UMP, a Misericórdia de Arganil não pode, nem deve, estar alheia da discussão do futuro desta entidade representativa, tanto mais que os próximos tempos trarão dificuldades acrescidas ao Setor Social.



Logótipos da Plataforma – Somos Todos Misericórdia



Consequentemente, e resultado desse envolvimento da Misericórdia na já referida plataforma, e que agrega diversas outras Misericórdias, foi realizada em Fátima, no passado dia 15 de Setembro, uma sessão de apresentação e divulgação dos objetivos, das preocupações e de ideias para que haja uma maior participação das Santas Casas na vida da sua UMP e uma maior envolvimento na reflexão sobre os caminhos e os rumos que devem ser definidos para a preservação destas vetustas Instituições que são as Misericórdias Portuguesas, e que são fundamentais no apoio aos mais vulneráveis.

Nessa reunião marcaram presença mais de 30 Misericórdias, e mais de 80 pessoas, tendo-se revelado um momento muito marcante para a reflexão do movimento das Santas Casas.

Simultaneamente, o elemento designado pela Mesa Administrativa, tem participado em diversas reuniões pelo País, de forma individualizada e personalizada junto de cada congénere, conjuntamente com outros elementos dessa plataforma, amadurecendo uma eventual candidatura às eleições de 2023.

Este é mais um desafio que se coloca a esta Instituição, e cujas repercussões têm sido bem claras, se por um lado há quem a nível nacional não simpatize com esta nossa atitude, não é de menor importância de que foi esta mesma atitude que ajudou a colocar em cima da mesa a discussão de diversas temáticas que, de outra forma, não tinham espaço e já por isso a Misericórdia de Arganil deve sentir-se honrada por esta dinâmica.

3.9| FESTA DE SANTA ISABEL E OUTROS EVENTOS DE PROMOÇÃO CULTURAL

Como é habitual a festa da Padroeira das Misericórdias, Santa Isabel, teve lugar na data tradicional, neste caso no primeiro Domingo do Mês de Julho, tendo sido marcada pelo regresso às ruas de Arganil, depois de dois anos de interregno, pois apenas foi realizada entre portas.

Mais uma vez, a rua que vai da porta da Igreja até à sede da Instituição foi engalanada, com o já tradicional tapete de flores, que acolheu a procissão com o andor da Santa, carregado pelas Irmãs da Instituição.

Aos inúmeros irmãos, utentes e fiéis, que assistiram à missa na Igreja da Instituição, foi lhes possibilitado, novamente, ouvir as melodias do órgão de tubos que assim, voltou ao convívio da comunidade depois de dois anos sem ser escutado.



Foto n.º 15: Procissão da Festa de santa Isabel pelas Ruas da Vila de Arganil

3.9.1| CONCERTO NA IGREJA DA MISERICÓRDIA – DIA INTERNACIONAL DA MÚSICA

O Órgão de Tubos da Santa Casa é uma peça importante e única da história da Instituição, contribuindo para a valorização do edifício conhecido por Igreja da Misericórdia, tendo sido alvo de uma profunda reabilitação/recuperação há alguns anos atrás.

Retomada alguma da normalidade perdida por força da Pandemia, foi possível integrar essa magnífica peça/ instrumento musical no roteiro de órgãos de tubos promovido pela Fundação Inatel.



Cartaz n.º 1: cartaz de anúncio de Concerto de Música Barroca na Igreja da Misericórdia

Dessa forma, e logo no dia 1 de Outubro, dia Mundial da Música, teve lugar em Arganil o primeiro concerto de música barroca que foi o ponto de partida do périplo pelo Distrito de Coimbra. Esse concerto contou com o organista Paulo Bernardino, e na flauta barroca, Alexandre Andrade.



Foto n.º16: Concerto de Música Barroca na Igreja da Misericórdia

Mas não se ficou pelo concerto a atividade realizada, na medida em que do programa fez parte dar a conhecer/visitar o projeto do Gabinete Miguel Torga (Médico Adolfo Rocha) a situar no edifício do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas que, à data, estava ainda em trabalhos de recuperação/reabilitação.

3.9.2 | ACOLHIMENTO ESTÁGIO DO AÇOR

Repetindo experiência anterior, a Misericórdia acolheu nova edição do Estágio do Açor da responsabilidade da Associação Filarmónica Arganilense, e que junto 75 formandos e diversos orientadores.



Cartaz n.º 2: cartaz de anúncio do concerto final do estágio do Açor com o apoio da Misericórdia

Durante a semana que culminou a 5 de Agosto, a Instituição colaborou com a iniciativa, fornecendo as refeições de almoço e jantar, tendo por base um valor simbólico, em face da importância para a educação e ocupação dos mais jovens durante o período de férias.

Apesar das dificuldades sentidas ao longo do ano, a Misericórdia procurou assegurar o seu contributo para que os mais jovens tivessem estímulos na sua formação enquanto cidadãos, e aqui a valorização da cultura reveste-se de significativa importância.



Foto n.º 17: Fornecimento refeições ao Estágio do Açor

3.10| PARCERIA COMUNIDADE ESCOLAR

Há mais de uma década que a Misericórdia tem mantido uma relação muito próxima com a comunidade escolar, não apenas porque assegura a resposta de CATL no perímetro da EB1 de Arganil, mas porque, através desta, desenvolve serviços de terapia da fala que apoia vários alunos desse estabelecimento.

Simultaneamente, integra o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, assumindo, nesse contexto, uma participação ativa no patrocínio do Quadro de Mérito e de Excelência, através de um apoio de duzentos e cinquenta euros (250,00€) /ano.

Ainda no campo da articulação com a área da educação, destaque para o patrocínio do Prémio Jorge Paiva (VI edição), no valor mil euros (1.000,00€), o qual voltou a ser entregue no ano de 2022, com uma atividade que teve lugar na Mata das Misericórdias no dia 21 de Maio.

Recorde-se que este prémio é patrocinado há vários anos pela Misericórdia, no âmbito de uma parceria com o Centro de Formação da Associação de Escolas de Coimbra Interior (CFAECI), e teve lugar no contexto dos XI Encontros de Cidadania e Responsabilidade Sócio ambiental.



Foto n.º18: Prémio Jorge Paiva

3.11 | CONTRATUALIZAÇÃO CLEANWATTS – energia verde

Tendo em conta o agravamento do contexto económico e o seu impacto na componente energética, a procura de alternativas que possibilitassem a redução, ou a mitigação, desse efeito, levou a que a Misericórdia encetasse negociações com empresa especializada nas energias verdes.

Assim, no dia 26 de Outubro, foram celebrados dois contratos com a empresa Cleanwatts, um referente à cedência de espaço e outro para prestação de serviços de gestão energética, com posterior ratificação pela Assembleia Geral de 30 de Novembro, destinados à instalação de central fotovoltaica durante o ano de 2023, tendo em perspetiva a redução do custo da fatura na componente elétrica em cerca de 36%.



Foto n.º 19: Priorização do recurso à tecnologia fotovoltaica

3.12 | RASTREIO DO CANCRO DA MAMA

Depois dos extenuantes anos em que a Pandemia esteve mais ativa, uma das grandes preocupações foram as enormes debilidades suscitadas pelo atraso no diagnóstico de outras patologias, designadamente as do foro oncológico.

Ciente dessas preocupações, a Misericórdia procurou retomar o rastreio do cancro da mama, através da presença da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), tendo sido possível que, logo em 2021 e com continuidade em 2022, neste caso, já no último trimestre, os exames destinados ao diagnóstico dessa patologia retomassem e recuperassem, se possível, dos atrasos que a Pandemia suscitou.

Assim, e na sequência dos contactos da LPCC, a Instituição disponibilizou o espaço necessário, assim como a luz e a água indispensável ao funcionamento do equipamento e á presença da equipa de profissionais indispensáveis à realização do rastreio.



Foto n.º 20: Rastreio do Cancro da mama

3.13 | RECONHECIMENTO COLABORADORES

Ao longo do ano transato a Instituição, com o então Provedor, Prof. José Dias Coimbra, procurou reconhecer o trabalho dos colaboradores da Instituição, quer tenha sido de forma simbólica,

com a entrega de pinturas da autoria desse responsável pela Misericórdia, quer tenha sido através de momentos da vida da Instituição.

Assim, diversos colaboradores foram presenteados com esses atos de elevado simbolismo, como sinal de agradecimento da dedicação e empenho.



Foto n.º 21: Reconhecimento a Adelino Antunes ex-colaborador e Irmão da Misericórdia

3.14 | FORMAÇÃO

A preocupação com a atualização de conhecimentos é algo sempre presente na dinâmica da Instituição, razão pela qual foi dado cumprimento ao programa de formação que vinha sendo implementado, com particular incidência no âmbito de candidatura apoiada pelo programa POISE.

FORMAÇÃO	FORMANDOS	HORAS
CUIDADOS NA SAÚDE MENTAL	10	25
CUIDADOS DE REABILITAÇÃO	12	25
DEMÊNCIAS E SINDROMES GERIÁTRICOS (PLANO FORM.SCMA)	14	25
CONTROLE DA DOR	9	25
DEMÊNCIAS E SINDROMES GERIÁTRICOS (PLANO FORM.UMP)	14	16
PPCIRA (PROG. NAC. PREV.E CONT. INFEÇÕES E RESISTENCIAS AOS ANTIMICROBIANOS)	2	3
Totais	61	119

Tabela n.º 4: Distribuição carga horária e formandos

Esta formação teve como foco as questões relacionadas com a saúde nas mais variadas expressões e com incidência sobre os públicos que a Misericórdia apoia, abrangendo 61 colaboradores e com um total de 119 horas.



Foto n.º21: Formação de colaboradores da Instituição

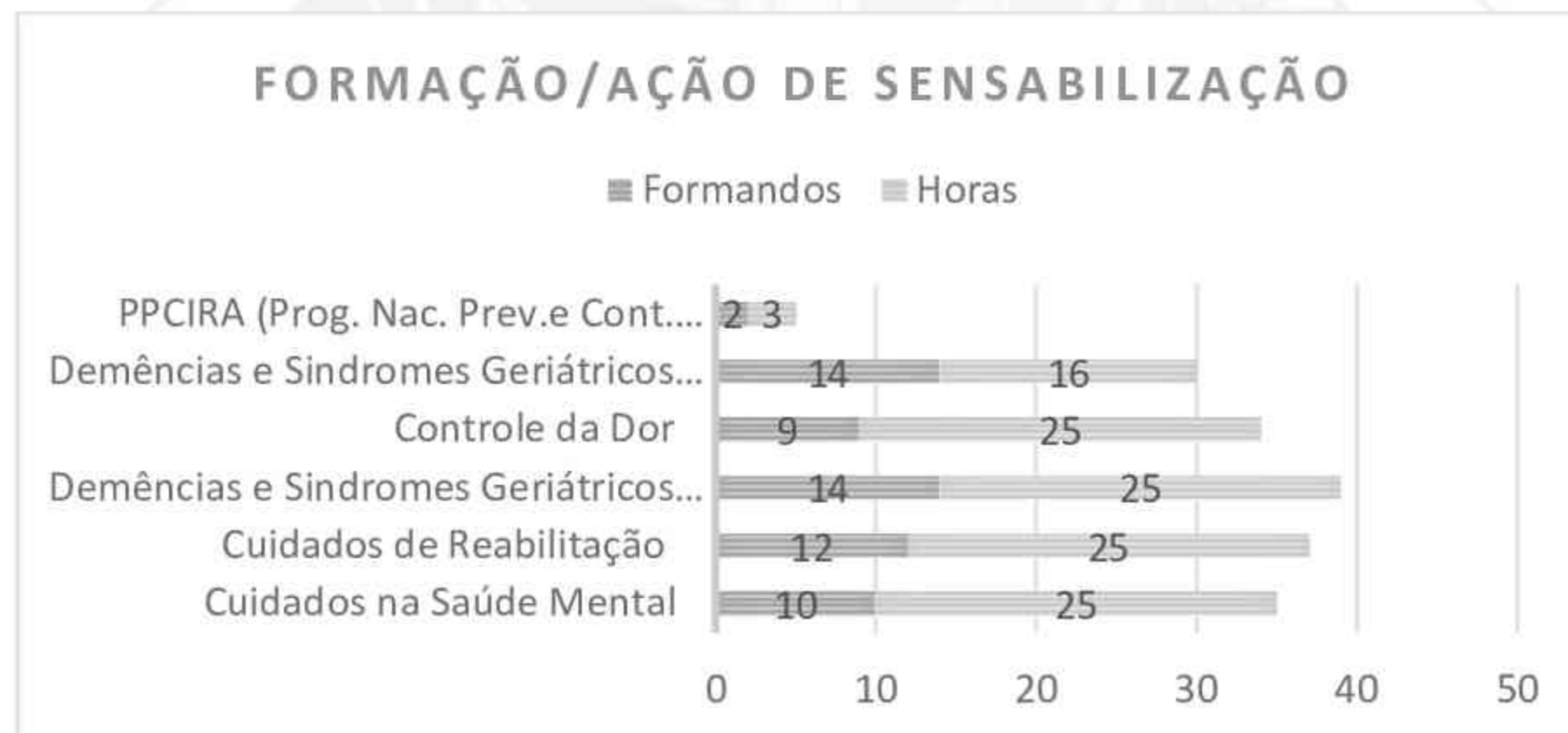


Gráfico n.º 2: Formação 2022

3.15 | RECEÇÃO COMITIVAS PARTIDOS POLITICOS (PS E PSD)

Tendo há muito adotado uma política de porta aberta, foi com grato prazer que a Misericórdia acolheu uma comitiva do Partido Socialista (PS) e outra do Partido Social Democrata (PSD), aquando das recentes eleições para a Assembleia da República, lideradas, respetivamente, por José Carlos Alexandrino e Mónica Quintela.

Junto dessas comitivas o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, fez questão de apresentar os diversos projetos, nomeadamente a reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, assim como a pretensão da sua inclusão na Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

A Instituição aproveitou ainda o momento, para sensibilizar os candidatos a deputados para a necessidade de o Setor Social ser visto com mais atenção, especialmente em tempos de enormes dificuldades ditadas pela instabilidade internacional.



Fotos n.ºs 22 e 23: Receção das Comitivas do PS e do PSD



3.16| INAUGURAÇÃO SIMBÓLICA DO HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS E CELEBRAÇÃO DOS 375 ANOS

Ao fim de mais de dois anos e meio, (2020-2022) foi possível, a 17 de Dezembro, a inauguração, mesmo que simbólica, do renovado e reabilitado antigo Hospital da Misericórdia, e que se prevê entre em funcionamento até ao final de 2023.

Para tal é fundamental a abertura de candidaturas ao PRR no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, candidaturas estas que têm vindo a ser proteladas pela tutela, tendo inicialmente sido prospetivada a publicação do aviso do concurso ainda em Setembro de 2022, mas que não veio a suceder, tendo sido sucessivamente atrasado o processo em causa.

Contudo, a inauguração, ainda que simbólica, revestiu-se de enorme importância para a vida da Instituição, sendo o corolário de um longo e penoso processo em que a Instituição pouco ou nada contou com o apoio do Ministério da Saúde, designadamente por via da sua Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), que nem o previsto em contrato celebrado na vigência do Programa Modelar II respeitou.

Não obstante, a Instituição cumpriu a sua parte e espera que o Estado assuma as suas responsabilidades.

O momento da inauguração ficou marcado pela celebração de protocolo com a Fundação Aurélio Amaro Dinis para a instalação de consultas da especialidade e realização de colheitas para análises e outros exames, mas mais importante, pela evocação dos 375 anos de vida desta Santa Casa.

Houve ainda um momento destinado ao reconhecimento de benemérita da Instituição, a Sr.ª D. Maria de Deus Rodrigues, pelo seu generoso contributo para a atividade desta Santa casa e que assim, viu perpetuado o seu nome numa das salas do agora reabilitado Hospital da Misericórdia.



Foto n.º 24: Momento da inauguração do Hospital de Beneficência Condessa das Canas



Foto n.º 25: a Mesa de Honra da cerimónia com a medalha comemorativa dos 375 anos da Misericórdia cujo autor do projeto foi o Prof. António Carvalhais da Costa (atual Provedor mandato 2023-2026)



Foto n.º 26: Protocolo de cooperação com a Fundação Aurélio Amaro Dinis



Foto n.º 27: Reconhecimento a benemérita da Misericórdia – D. Maria de Deus Rodrigues

3.17| AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ARSC E IMPUGNAÇÕES DE DECISÕES DA SEGURANÇA SOCIAL

Como é do conhecimento dos Irmãos da Misericórdia, a Instituição viu-se na contingência de intentar ações em Tribunal para defesa do seu património, neste caso em concreto contra a ARSC.

As ações em causa correm têm a sua tramitação em diferentes tribunais, de acordo com a natureza das mesmas.



Assim sendo, corre ação no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra (juízo de competência genérica de Arganil) contra essa entidade pública por incumprimento de contrato celebrado com a Misericórdia e referente ao N/pagamento de rendas que a instituição entende serem lhe devidas.

Já a segunda ação corre a sua tramitação no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, mas no Juízo Central Cível de Coimbra, reportando à questão de direito de superfície e referente ao espaço cedido para a construção do novo Centro de Saúde e à ocupação indevida por parte da entidade pública de área superior ao autorizado pela Assembleia Geral da Instituição.

Resumo das ações:

A. SCMA COM ARSC, IP

Nº Processo: Processo nº 166/20.3T8AGN.

Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo de Competência Genérica de Arganil).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 45 999,61.

Estado atual do processo: Aguarda a marcação de julgamento.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, a condenação desta a pagar-lhe o valor de € 4.736,51/mês, desde fevereiro de 2020 e até à data em que se mantiver o contrato de arrendamento de 06/04/1982, ainda vigente, sem prejuízo das atualizações anuais de renda, os respetivos juros moratórios até integral pagamento, bem como o pagamento de uma indemnização de 20% dos valores cujo pagamento omitiu;
- 2) Aguarda a marcação de julgamento, estimando-se que possa ocorrer no decurso do ano de 2023;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

B. SCMA COM ARSC, IP

Nº Processo: Processo n.º 4694/20.2 T8CBR.



Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo Central Cível de Coimbra – Juiz 1).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 1.948.482,60.

Estado atual do processo: Aguarda realização de Audiência Prévia.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, o reconhecimento de uma propriedade, a condenação da ré a restituir-lhe uma área por ela ocupada sem título e a condenação desta a pagar-lhe uma indemnização de € 265.680,00, pela demolição do “Pavilhão Maria Augusta”, e ainda de uma indemnização de € 5,99/m²/dia, sendo o valor de € 7.546,20/mês, desde 02/04/2022 até à data em que vier a ocorrer a restituição, bem como os respetivos juros moratórios até efetivo e integral pagamento;
- 2) Aguarda a realização de audiência prévia, marcada para 09/03/2023;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

À data de 31/12/2022 todas as contas apresentadas referentes a estas ações estavam devidamente satisfeitas.

Em relação à Segurança Social, conforme descrição em baixo melhor elaborada, a Misericórdia impugnou judicialmente para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra liquidação do ato referente à classificação de prestadores de serviços pela Segurança Social como trabalhadores (enfermeiros/fisioterapeuta), bem como impugnação judicial de ato administrativo de reposição de verbas relativas à resposta social de Centro de Dia por frequência de utentes de diferentes áreas geográficas (Secarias – Sede).

Nestas ações reportadas à Segurança Social, o exercício de 2021 procedeu já ao aprovisionamento de verbas relativas à ação dos prestadores de serviço (110.166,35€) e, em relação ao Centro de Dia, o exercício de 2022 procede de igual modo ao respetivo provisionamento (100.704,82€).



A. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo nº 134/22.0BECBR (Unidade Orgânica 2).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Impugnação Judicial de Liquidação.

Valor da Ação: € 72 807,83.

Estado atual do processo: Concluída a fase de articulados.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação de impugnação de liquidação do ato para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Concluída a fase de articulados;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de pagar os referidos € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.

B. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo nº 0601202200007200 e Apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processo Executivo de Coimbra do IGFSS].

Espécie: Execução.

Estado atual do processo: Execução Suspensa.

Notas adicionais:

- 1) Execução do ato de liquidação para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores), impugnado judicialmente no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 2) Execução suspensa, uma vez que a SCMA apresentou a garantia bancária n.º



71000545385 até ao limite global máximo de € 110.166,35, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;

3) Desfecho da execução depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra).

C. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201900211682 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Suspenso.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com o fundamento para a emissão do ato de liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Processo suspenso, uma vez que a SCMA impugnou o referido ato de liquidação no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 3) Desfecho do processo depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra), sem prejuízo de no mesmo ainda não ter sido apresentada defesa administrativa e não haver decisão administrativa, mormente condenatória.

D. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 222/22.3BECBR (Unidade Orgânica 1).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Ação Administrativa de impugnação de ato administrativo.

Valor da Ação: € 92 929,82

Estado atual do processo: Concluída a fase de articulados.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação administrativa de impugnação do ato administrativo da Sra. Diretora do Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Coimbra), datado



de 2022/03/02, para restituição de € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), relativamente às respostas sociais do Centro de Dia localizado na sede (Arganil) e do Centro de Dia localizado em Secarias;

- 2) Concluída a fase de articulados;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em cerca de 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de restituir os referidos € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.

E. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201800122656 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Instrução administrativa.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com a alegada prática de 4 (quatro) contraordenações, no qual a SCMA foi notificada para pagar € 7.775,00 [€7.750,00 de 4 coimas e € 25,00 de custas];
- 2) A SCMA apresentou defesa administrativa, pugnando, em primeira linha, pelo arquivamento do processo e/ou absolvição da arguida;
- 3) Aguarda-se o agendamento de diligências requeridas na/pela defesa;
- 4) Caso o ISS, IP venha a proferir decisão administrativa condenatória, esta decisão é suscetível de impugnação judicial.

À data de 31/12/2022 todas as contas apresentadas e referentes a estas ações estavam devidamente satisfeitas.

3.18 | ATIVIDADES DIVERSAS E OUTRAS PARCERIAS

Sem prejuízo da leitura do relatório específico das atividades vocacionadas para os utentes e desenvolvidas pelas diversas áreas de atuação da Instituição, importa salientar que, ao longo do último ano, a Misericórdia foi restabelecendo a sua dinâmica de promoção de lazer e ocupação para os seus públicos-alvo.

O retomar dessa normalização permitiu a realização e organização de diversos passeios lúdicos, como a ida à praia fluvial, a visita ao Santuário de Fátima, a deslocação a Aveiro e tantas outras saídas destinadas à valorização pessoal de cada um dos utentes.

Simultaneamente, e no interior dos espaços desta entidade, foram realizadas várias atividades de estimulação cognitiva, sensorial e ocupacional, com o recurso, não apenas à equipa de animação, mas de igual modo a terapeuta ocupacional que, dessa forma, desenvolveu, ou retardou, a perda de diversas competências individuais, assim como a celebração de datas alusivas a temas.

Os momentos de convívio intergeracional foram retomados, juntando utentes do Lar de Idosos ERPI e crianças do CATL, valorizando-se uma prática de aproximação entre os mais velhos e os mais novos, a par do regresso de alguns rituais religiosos como foi a celebração pascal e, antecedendo este, o período da Quaresma.

Também a sala de Snoezelen, situada na UCCI – Dr. Fernando Valle, manteve a sua função de relaxamento, mas também de interação entre utentes, sempre numa lógica de valorização do individuo e do seu adequado tratamento e acompanhamento.



Foto n.º28: momento intergeracional entre as crianças do CATL e os Idosos



Foto n.º 29: Preparação da Páscoa – Quaresma



Foto n.º 30: Participação na Feira do Livro de Arganil



Foto n.º 31: Visita ao santuário de Fátima



Foto n.º 32: Evocação da Páscoa



Foto n.º 33: Arraial dos Santos Populares na Misericórdia



Fotos n.º 34: Dia internacional do Obrigado



Foto n.º35: Piquenique na Mata das Misericórdias



Foto n.º 36: Passeio à Praia Fluvial das Secarias



Foto n.º 37: Celebração do Dia de Árvore

3.19 | NOVOS ORGÃOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

Considerando que o mandato 2019-2022 terminava em Dezembro passado, e cumprindo-se as regras estatutárias/compromissórias a Misericórdia procedeu ao agendamento do seu ato eleitoral para dia 20 desse mesmo mês.

Decorrida a tramitação decorrente das normas legais e estatutárias/compromissórias aplicáveis, foi a sufrágio uma lista única liderada para a Mesa Administrativa, pelo Prof. António carvalhais da Costa, para a Mesa da Assembleia Geral, pelo Prof. José Dias Coimbra e para o Conselho Fiscal Definitório, pelo prof. Dr. Raúl Martins.

Tendo uma Assembleia Eleitoral participada como é habitual, os novos órgãos Sociais foram eleitos por voto secreto, com uma larguíssima Maioria (56 sim e 1 branco), tendo sido agendada a posse para Janeiro de 2023, conforme os normativos ditam, e que veio a suceder a 12 desse mesmo mês com as presenças de Sua Excelência o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, o Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa e o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra, Dr. António sérgio Martins.

Fecha-se um ciclo mas abre-se outro, sempre com a mesma ideia, servir a Misericórdia.



Foto n.º38: Prof. José Dias Coimbra o novo Presidente da MAG depois de 40 anos como Provedor



Foto n.º 39: prof. António Carvalhais da Costa - depois de ser Vice-provedor, passa a ser o novo Provedor da Misericórdia



Foto n.º 40: Prof. Raúl Martins assume a liderança do Conselho Fiscal/Definitório

3.20 | JANTAR DE NATAL DE COLABORADORES

Depois de realizadas as diversas atividades natalícias da Instituição, nas variadas respostas sociais, nomeadamente a festa de Natal para os utentes, com especial carinho para os equipamentos de ERPI-Lar de Idosos e UCCI - Dr. Fernando Valle, era justo um jantar para os colaboradores/trabalhadores da Misericórdia.

Especialmente porque, depois de dois anos de Pandemia, a possibilidade de um momento de descompressão e de alegria, sem as preocupações do trabalho, era crucial para renovar os estímulos, a camaradagem e espírito de missão que quem serve na Misericórdia deve sempre possuir.

Motivos suficientes para que fosse oferecido um momento de salutar convívio em redor do repasto festivo e que teve lugar a 22 de Dezembro na Quinta da Hortinha.



Foto n.º 41: Jantar de Natal dos trabalhadores da Misericórdia e Órgãos Sociais

4 | RESUMO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO

Logo no início do presente documento foi feita uma descrição do contexto económico-social em que todo o Setor Social vivenciou o ano que findou.

Desde a taxa de inflação, que vinha já dando mostras de estar em ascendente no final de 2021, acrescido da atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) cujo crescimento foi de 6%, sem que do lado do Setor Estado as participações tivessem o mesmo nível generalizado de atualizações, estavam reunidas as condições para que as Instituições de Solidariedade Social tivessem um ano difícil.

No caso da Misericórdia de Arganil, existem dois aspetos que se destacam das suas contas e que as influenciaram de forma significativa.

De um lado, a existência de um donativo de cem mil euros (100.000,00€) destinado à atividade da Instituição, oriundo de uma benemérita, e que contribuiu para o aumento dos rendimentos obtidos, mesmo que extraordinário.

Do lado oposto, a necessidade de realização de uma provisão no valor de cem mil, setecentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos (100.704,82€), destinada a assegurar fundos no âmbito das impugnações administrativas intentadas pela Misericórdia e relativas a processos no âmbito da Segurança Social.



Ora, a ocorrência dessa situação influenciou de forma significativa o resultado líquido do exercício.

Contudo, entendeu a Mesa Administrativa, de forma preventiva, acautelar os exercícios futuros, isto no caso da ação em causa não colher o resultado expetável para a Instituição.

Apesar disso, é possível verificar que a Instituição obteve um resultado positivo, também muito devido à gestão realizada ao longo do ano de 2022 e que, mais adiante, desenvolveremos.

4.1 | RENDIMENTOS

Podemos dizer que o ano de 2022 terminou com um total de rendimentos de três milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e seis euros e trinta e seis cêntimos (3.560.876,36€), que correspondeu a um crescimento, face ao exercício de 2021, de mais 9,21%, neste caso mais trezentos mil, duzentos e três euros e cinquenta e quatro (300.203,54€).

Este crescimento foi suportado e é explicado pela conta 72, Prestação de Serviços, que teve um aumento de cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos (158.658,53€) e pela conta 75, subsídios do Estado e outros entes públicos, com um crescimento de mais duzentos e seis mil, trezentos e noventa e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos (206.398,55€), e cujo somatório ajudou a compensar a perda de outras rúbricas.

Na conta 72, prestações de serviço, destaque para o contributo do Hospital Dr. Fernando Valle, integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

Assim, podemos associar a melhoria do desempenho desse equipamento à atualização decorrente da Portaria n.º 272/2022 de 10 de Novembro, em que a diária da tipologia de Média Duração passou a ser de noventa e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos (95,84€), ou seja mais cinco euros (5,00€) do que até aí.

Já na tipologia de Longa Duração, o valor da diária passou a ser de setenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos (75,48€), representando assim, mais dez euros (10,00€) do que no passado.



No cômputo geral, as duas tipologias da RNCCI, quer com a atualização dos valores pagos pelo Estado e quer pelos níveis de frequência, permitiram um aumento de mais oitenta e quatro mil, quinhentos e quatro euros e sessenta e um centavos (84.504,61€), traduzindo um crescimento de 12,34%, passando então de seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e um euros e cinquenta e quatro centavos (684.931,54€) em 2021, para setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis euros e quinze centavos (769.436,15€).

Relativamente às participações / mensalidades dos utentes no contexto das respostas sociais no âmbito da cooperação com a Segurança Social (ERPI/SAD/CD/CATL), registou-se um aumento face ao exercício anterior, neste caso de mais trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta e oito centavos (38.453,68€), o que representou um crescimento de 4,19%, na medida em que se passou de um valor de novecentos e dezassete mil, cento e dez euros, e cinquenta centavos (917.110,50€) em 2021, para novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta quatro euros e dezoito centavos (955.564,18€) já em 2022.

De realçar, o desempenho do jornal *A Comarca de Arganil*, cujo total de rendimentos obtidos atingiu o valor de cento e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e um euros, e oitenta e cinco centavos (137.551,85€), representando um crescimento de 18,37%, face a 2021 (116.207,43€).

Ou seja, mais vinte e um mil, trezentos e quarenta e quatro euros e quarenta e dois centavos (21.344,42€).

De igual modo, a Fisioterapia apresentou uma evolução favorável, quando comparado com o exercício de 2021, uma vez que os rendimentos cresceram 10,45%, ou seja, mais dez mil, oitocentos e oitenta e três euros e oitenta e nove centavos (10.883,89€), o que se traduziu na passagem de um valor de cento e quatro mil, cento e setenta e cinco euros e quarenta e cinco centavos (104.175,45€), para cento e quinze mil, cinquenta e nove euros e trinta e quatro centavos (115.059,34€).

Relativamente à conta 75, subsídios do Estado e outros entes públicos, registou-se um aumento de vinte mil, duzentos e dez euros e sessenta e sete centavos (20.210,67€), em resultado da atualização dos acordos de cooperação nas diversas respostas sociais, num incremento de mais 2,5%, passando de oitocentos e oito mil, trezentos e noventa e seis euros e cinquenta centavos (808.396,50€) em 2021, para oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e sete euros e dezassete centavos (828.607,17€).



No entanto, foi nas verbas provenientes de outras entidades/projetos que se assistiu a um maior incremento, passando de setenta e dois mil, oitenta e cinco euros e sessenta e três cêntimos (72.085,63€) em 2021, para duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e três euros e cinquenta e um cêntimo (258.273,51€) no exercício de 2022, ou seja, um aumento de mais de 200%.

Esse aumento em cento e oitenta e seis mil, cento e oitenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos (186.187,88€) aconteceu com a inclusão de cento e quarenta e cinco mil, cento e noventa euros (145.190,00€) do Programa CO3+, configurado para o apoio à contratação no âmbito do desenvolvimento de projetos inovadores e que se desenvolveu ao longo dos últimos dois anos.

Não obstante a evolução favorável dos rendimentos, face à comparação com o exercício de 2021, já em relação ao orçamento desenhado, verificou-se que a atividade ficou aquém em duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta e nove cêntimos (285.742,79€), ou seja, menos 7,43%.

Contudo, importa recordar que a verba estimada para a componente associada ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas e a sua entrada em funcionamento, foi de seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e dezasseis euros e seis cêntimos (679.616,06€), o que não veio a verificar-se, razão suficiente para justificar o desvio da execução orçamental, registando-se ainda assim, o desempenho positivo de todas as outras componentes, mitigando esse diferencial entre o projetado e o executado.



Rendimentos - 2022

CONTAS	RENDIMENTOS	(c/a)	Orçamento (a)	2022 (c)	2021 (b)	(c/b)
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-21,05%	2 525 817,42	1 994 182,13	1 835 523,60	8,64%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	2,75%	929 947,81	955 564,18	917 110,50	4,19%
	UCC	11,92%	687 480,83	769 436,15	684 931,54	12,34%
	Fisioterapia	13,60%	101 280,68	115 059,34	104 175,45	10,45%
	Jornal " A comarca"	18,83%	115 756,23	137 551,85	116 207,43	18,37%
	Outros	41,20%	11 735,81	16 570,61	13 098,68	26,51%
	Paliativos	-100,00%	679 616,06	0,00	0,00	0,00
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	21,38%	895 414,90	1 086 880,68	880 482,13	23,44%
	Centro Distrital da segurança Social	6,92%	774 963,80	828 607,17	808 396,50	2,50%
	IEFP-Empresas Inserção De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
		114,42%	120 451,10	258 273,51	72 085,63	258,29%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	103,90%	11 255,46	22 949,52	34 448,90	-33,38%
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	10,31%	414 131,37	456 846,15	510 198,56	-10,46%
781	Rendimentos Suplementares	-69,67%	52 935,54	16 055,33	3 694,51	334,57%
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-24,13%	277 269,18	210 365,08	417 731,82	-49,64%
788	Outros	174,56%	83 926,64	230 425,74	88 772,23	159,57%
	Subsídios para o Investimento - Rendas	0,00	0,00	9 145,87	8 809,65	3,82%
	(...) Outros	163,66%	83 926,64	221 279,87	79 962,58	176,73%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0,00	0,00	17,88	19,63	-8,91%
Total dos Rendimentos		-7,43%	3 846 619,15	3 560 876,36	3 260 672,82	9,21%

Tabela n.º5: Rendimentos Obtidos / orçamento / atividade 2021



4.2| GASTOS

Do lado dos gastos, podemos constatar que o exercício encerrou com um total de três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis euros (3.526.344,66€), correspondendo a um aumento em 9,76% face a idêntico período de 2021.

Assim, a Misericórdia gastou mais trezentos e treze mil, seiscentos e dezassete euros e sessenta e nove cêntimos (313.617, 69€), quando em comparação com o exercício anterior, sendo que esse aumento de custos concentrou-se em três componentes.

Assim, na rubrica do pessoal, conta 63, verificou-se um aumento de mais cento e sessenta e um mil, cento e trinta e nove euros e setenta e sete cêntimos (161.139,77€), passando-se de um milhão oitocentos e vinte cinco mil, quatrocentos e catorze euros e trinta e oito cêntimos (1.825.414,38€) em 2021, para um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos (1.986.554,15€).

Destaque como contributos para esse aumento, não apenas o impacto da atualização do SMN, mas de igual modo a componente de reforço do quadro de pessoal, associado ao programa CO3+, sendo que os gastos com pessoal representam 56,3% do total de custos da Instituição, continuando a manter uma ténue trajetória descendente, visto que em 2021 essa percentagem foi de 56,8%.

Já na conta 62, fornecimento de serviços externos, o crescimento foi de 10,9%, representando mais oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três euros, e quarenta e cinco cêntimos (81.443,45€), devendo fazer aqui nota para o peso neste aumento da rúbrica com os custos energéticos, combustível e gás, e que no seu conjunto representaram praticamente 70%, desse montante, correspondendo a cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos (56.886,59).

Dessa forma, o valor de 2021 que tinha sido fechado em setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos (745.759,70€), passou em 2022 par o montante de oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e três euros e quinze cêntimos (827.203,15€).



Por fim, o impacto da alimentação, neste caso em particular com a aquisição dos géneros alimentares, teve um incremento de mais sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis euros e oitenta e nove cêntimos (67.636,89€), correspondendo a mais 20% de gastos.

Esta sub-rubrica da conta 61, passou de um valor de trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove euros e trinta e um cêntimos (325.869,31€) para o montante de trezentos e noventa e três mil, quinhentos e seis euros e vinte cêntimos (393.506,20€).

Podemos concluir com relativa segurança, que o impacto da taxa de Inflação foi essencial para o aumento de custos nestas rubricas, o que se denota que esse indicador tem, efetivamente, maior impacto nas Instituições de Solidariedade, face à sua dependência de um conjunto de produtos e serviços, muito interligados às variações dos custos de produção, da procura e da oferta.

Do lado do Orçamento, e quando procedemos à devida comparação, verificamos que foi obtida uma redução dos gastos em 6,51%, ou seja, menos duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e seis euros e sessenta e cinco cêntimos (245.606,65€), justificada pelos custos com pessoal, onde se registou uma diminuição de quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos (477.452,51€), visto que a previsão da entrada em funcionamento do equipamento do antigo hospital não se veio a efetivar.

Não obstante, a realização de uma provisão de cem mil, setecentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos (100.704,82€), a par dos custos com as mercadorias (+99.555,59€) e o fornecimento de serviços externos (+71.432,03€), face ao inicialmente estimado em orçamento, justificam o diferencial entre a “poupança” nos gastos com o pessoal e a diferença final entre o estimado nos gastos e o realmente executado.



Gastos - 2022

CONTAS	GASTOS	(c/a)	Orçamento (a)	2022 (c)	2021 (b)	(c/b)
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	26,55%	374 964,87	474 520,46	369 602,97	28,39%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	28,31%	306 692,37	393 506,20	325 869,31	20,76%
	Mercadorias (Farmácia)	30,68%	25 422,34	33 222,97	0,00	0,00
	Matérias de consumo Outros	11,53%	42 850,17	47 791,29	43 733,66	9,28%
62	FSE	9,45%	755 771,12	827 203,15	745 759,70	10,92%
	Subcontratados	0,00%	30 243,44	31 809,60	29 984,36	0,00%
	Serviços Especializados	11,63%	249 898,57	278 958,26	262 837,19	6,13%
	Materiais	-23,94%	57 773,84	43 942,41	54 187,67	-18,91%
	Energia e fluidos	29,60%	217 746,91	282 193,51	225 306,92	25,25%
	Deslocações, estadas e Transportes	55,39%	5 308,47	8 248,83	5 866,80	40,60%
	Serviços Diversos	-6,54%	194 799,89	182 050,54	167 576,76	8,64%
63	GASTOS COM PESSOAL	-19,38%	2 464 006,66	1 986 554,15	1 825 414,38	8,83%
632	Remunerações do Pessoal	-18,62%	1 979 184,39	1 610 633,91	1 467 251,02	9,77%
	Remunerações Certas	-17,19%	1 894 220,16	1 568 628,54	1 429 242,87	9,75%
	Remunerações Adicionais	-50,56%	84 964,23	42 005,37	38 008,15	10,52%
	Indemnizações	0,00	0,00	607,42	0,00	0,00
635	Encargos sobre Remunerações	-22,40%	441 358,12	342 487,74	317 579,31	7,84%
636	Seguros de acidentes no trabalho	-16,19%	26 323,84	22 062,22	22 111,38	-0,22%
638	Outros Gastos com Pessoal	-37,21%	17 140,31	10 762,86	18 472,67	-7,21%
65	PERDAS POR IMPARIDADES	0,00	0,00	0,00	13 767,75	-100%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	-1,96%	38 416,34	37 664,76	54 250,39	-30,57%
67	PROVISÕES	0,00	0,00	100 704,82	110 166,35	-8,59%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-5,96%	101 661,49	95 602,95	91 638,86	4,33%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPPORTADOS	-88,97%	37 130,83	4 094,37	2 126,57	92,53%
Total dos Gastos		-6,51%	3 771 951,31	3 526 344,66	3 212 726,97	9,76%

Tabela n.º6: Gastos do Exercício / Orçamento/ Atividade

4.3 | RESULTADO DO EXERCÍCIO

Ponderados os rendimentos e os gastos, anteriormente explanados, podemos afirmar que foi obtido um resultado positivo no final do exercício de 2022, correspondente ao montante de trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros, e setenta centimos (34.531,70€), que se propõe que passe a resultados transitados.

Deve ser no entanto destacado, que a Misericórdia assegurou uma provisão de cem mil, setecentos e quatro euros e oitenta e dois centimos (100.704,82€), destinada às impugnações



judiciais interpostas contra decisão administrativa da Segurança Social, o que influenciou o resultado obtido e que cifrou no valor em cima já identificado.

	Atividade
Rendimentos	3 560 971,40
Vendas	0,00
Prestação de serviços	1 994 182,13
Trabalho p/ própria Entidade	22 949,52
Subsídios, doações e legados à explora.	1 086 880,69
Aumentos/reduções de justo valor	0,00
Outros rendimentos e ganhos	456 941,18
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	17,88
Gastos	3 526 439,70
CMVMC	474 520,46
Fornecimento e Serviço Externos	827 298,19
Gastos com pessoal	1 986 554,15
Gastos de depreciação Amortização	95 602,95
Provisões e Imparidades (perdas)	100 704,82
Outros Gastos e perdas	37 664,76
Gastos e perdas de financiamento	4 094,37
	34 531,70

Tabela n.º 7: Resumo Resultado do Exercício

Simultaneamente, não deve ser descurado o crescimento do ativo da Instituição, em mais 5,72%, correspondendo a seiscentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e dois euros e setenta e três cêntimos (692.152,73€), com especial incidência no ativo não corrente que cresceu 4,52%, neste caso mais quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos (497.374,25€).

Assim, a Misericórdia apresentava a 31 de Dezembro de 2022 **um ativo total (Corrente e não corrente) de doze milhões, setecentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e três euros e trinta cêntimos (12.793.973,30€).**

Já do lado do passivo, registou-se um aumento em mais seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois euros e oitenta e sete cêntimos (668.822,87€), correspondendo a 13,2%, totalizando cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e dezoito euros e noventa e oito cêntimos (5.736.818,98€).

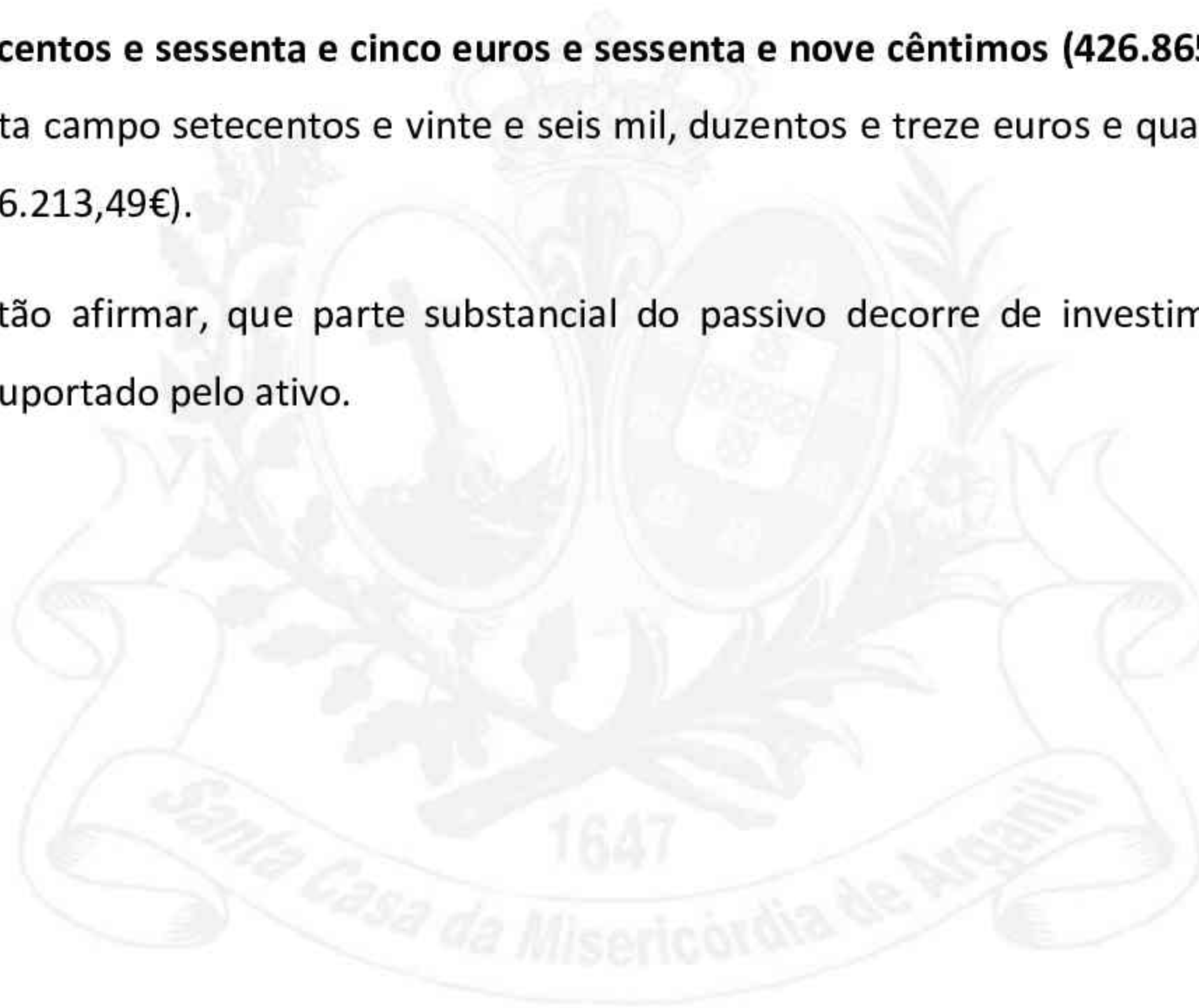
Importa contudo, realçar que o passivo não corrente, inclui as provisões realizadas para as ações judiciais (210.871,17€), o empréstimo utilizado para a requalificação do hospital



(1.987.000,00€), as verbas da Quinta dos Bons Dias, cujo processo de escrituração não foi ainda concluído (1.300.000,00€), e do lado do passivo corrente estão em diferimentos os valores das rendas do hospital e diversos subsídios de programas (247.817,21€).

Ainda no passivo corrente, se é verdade **o aumento da dívida aos fornecedores em mais cento e sessenta e nove mil, duzentos e dezoito euros e vinte e um cêntimos (169.218,21€)**, totalizando a 31 de dezembro, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos (631.966,24€), também não é menos verdade **o crescimento do lado do ativo corrente a componente das outras contas a receber em mais quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos (426.865,69€)**, o que totalizou nesta campo setecentos e vinte e seis mil, duzentos e treze euros e quarenta e nove cêntimos (726.213,49€).

Podemos então afirmar, que parte substancial do passivo decorre de investimento, sendo largamente suportado pelo ativo.





4.4 | MAPA DE INVESTIMENTOS REALIZADOS

Em relação aos investimentos realizados no ano transato, estes totalizaram quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos (494 386,47€), representando uma redução face ao exercício de 2021, o que se explica pelo facto da requalificação do hospital da Misericórdia estar na fase de conclusão.

Investimento	2021	2022
Investimentos Financeiros	6 319,81	2 042,44
Propriedades de Investimento:	-399 310,50	-76 202,17
Doações	0,00	0,00
Reavaliação	0,00	0,00
Permuta	6 850,44	
Alienação	-406 160,94	-76 202,17
Ativos Tangíveis	44 322,53	39 769,57
Ativos Intangíveis	2 049,18	0,00
Investimentos em curso: -		
Ativos Tangíveis:	2 102 815,76	528 776,63
45 Obra Hospital - ABA	1 884 701,71	285 972,51
45 Fiscalização obra	39 116,25	23 930,20
45 Juros empréstimo obra	31 785,30	35 865,85
E-redes	16 060,48	
PT Geradores Hospital	87 050,46	183 008,07
Mat. Auto proteção lar	44 101,56	
TOTAL	1 756 196,78	494 386,47

Tabela n.º 8: Resumo Mapa de Investimentos

5 | CONCLUSÃO

Novamente juntos na análise de mais um ano que findou, marcado pela intensa atividade desta Santa Casa que vai já com a vetusta idade de trezentos e setenta e cinco anos (375) de existência.

Por ela passaram inúmeros e dedicados Irmãos, beneméritos e benfeitores e muitos mais utentes que recorreram a esta casa, uns para ajudar e outros para serem ajudados.



A galeria de figuras que fazem parte da História desta Misericórdia é vasta, mas é justo que, em cada época, uma figura se destaque, seja pela sua entrega, seja pela sua dedicação e seja, essencialmente, pelo amor à causa das Santas Casas.

Não posso pois, na conclusão do presente documento, deixar de realçar o papel do Prof. José Dias Coimbra, e que, tendo entrado para Irmão da Misericórdia em 1959, liderou os seus destinos, enquanto Provedor, durante quarenta anos (40), marcando, indubitavelmente, a história contemporânea desta Instituição.

Nesse sentido, não posso, num período de elevada conturbação económica e social, deixar de sublinhar a forma serena com que as eleições de Dezembro passado, ditaram e estabeleceram uma transição do “leme” e do “timoneiro” na Misericórdia de Arganil.

Ao nosso atual Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e antecessor na Provedoria, Prof. José Dias Coimbra, um agradecimento pelo empenho e dedicação que deu a esta Santa Casa, engradecendo o seu nome e defendendo-a quando tal se impunha.

Se as eleições foram, talvez, o último momento marcante no ano transato, importa contudo, ressaltar que toda a atividade da Instituição foi pautada pela incerteza decorrente do contexto envolvente.

Um contexto em que as participações do Setor Estado e parceiro, não acompanharam o aumento de custos e há muito que deixaram de acompanhar, em bom rigor.

Especialmente quando é esse mesmo parceiro Estado, a empurrar as Instituições para um cenário de maior dificuldade, agravado pelas constantes exigências decorrentes da volatilidade de um quadro legal que está mais próximo dos países desenvolvidos da primeira linha da União Europeia, mas em disrupção com a realidade nacional.

A um aumento extraordinário da receita fiscal do Estado em 2022, não se assistiu ao aumento devido dos apoios aos Setores mais vulneráveis no panorama do País, e o Setor Social bem necessita desse aumento de apoios, significativo entenda-se.

Ao invés disso, a taxa de inflação cresceu exponencialmente, com um impacto superior à média nacional nas Instituições de solidariedade, face à sua dependência energética, às necessidades alimentares, à mobilidade dos seus serviços, aos custos com a mão-de-obra, custos estes que



não têm reflexo no produto final que é regulado (prestamos serviços cujo cálculo de mensalidades é condicionado aos rendimentos dos utentes/famílias), entre tantas outras coisas.

Simultaneamente, o aumento de custos com o pessoal, tem sido impulsionado pela atualização do Salário Mínimo Nacional, e sem que daí resulte o desejado aumento das comparticipações do Estado, deixando as Instituições do Setor Social com maiores debilidades, tanto mais que os utentes e as famílias destes, possuem também eles enormes dificuldades para acorrer às mensalidades/comparticipações.

Os contantes anúncios de programas comunitários, como por exemplo o PRR, não se traduziram na concretização de muitas expectativas que as Instituições, legitimamente possuem.

No caso da Misericórdia de Arganil continuamos à espera dos apoios para a realização de intervenções no Lar de Idosos-ERPI, com mais de trinta anos (30), nomeadamente para a melhoria da eficiência energética e o aumento do conforto térmico.

Aguardamos a receção dos apoios pela reabilitação do antigo Hospital Condessa das Canas e para a aquisição de novos equipamentos e viaturas.

Ou mesmo o esforço no desenvolvimento de uma equipa de ação paliativa, cujo objetivo final será a sua transformação em equipa de cuidados paliativos domiciliários, mas que a entidade gestora do PRR, em candidatura do SAD, pouco ou nada percebeu da inovação do projeto, penalizando-a ao tratá-la como se fosse um serviço tradicional.

No entanto, e apesar dos fortes constrangimentos à ação da Misericórdia, esta conseguiu apresentar resultados positivos, muito devido à contribuição de benemérito, mas também à gestão que a Instituição tem incutido.

Assim, não posso deixar de afirmar, conjuntamente com a equipa que lidero e a equipa que me antecedeu, que os objetivos traçados para 2022, grosso modo, foram alcançados.

Desde logo, porque mantivemos os investimentos em curso, os quais se destinam a contribuir para a resolução de problemas sociais, mas também de afirmação da Instituição no campo económico e social, com destaque para o Hospital de Beneficência Condessa das Canas e a sua reabilitação.



Depois, porque conseguimos também, manter, assegurar e até reforçar, a operacionalidade das diferentes respostas sociais, aumentando o seu impacto local, como foi o caso do SAD, entre outros.

E ambos, estavam previamente elencados no Plano traçado para 2022 e que aqui damos como positivamente avaliados na sua concretização.

Caros colegas dos órgãos Sociais e irmãos presentes, hoje liderar uma Misericórdia não é tarefa fácil, antes pelo contrário, pois para além das dificuldades em angariar recursos para que esta se mantenha, ainda existe no exterior a ideia de que somos ricos, ou então que não sabemos gerir!

Pois bem, desiludam-se os que pensam assim, nem as Instituições de Solidariedade Social podem ser geridas numa lógica meramente empresarial, pois não é essa a sua natureza, e muito menos podem esquecer as comunidades que servem.

É por isso que nem todos os procedimentos do mercado livre e concorrencial de redução de custos podem ser implementados, caso contrário há muito que a Instituição teria de reduzir a sua força de trabalho e deixar cair áreas deficitárias, mas aí perdia a sua marca identitária e deixaria, certamente, de ser uma Santa Casa.

Honra-nos que grande parte da dívida que a Misericórdia possui seja decorrente de investimentos em equipamentos para servir a comunidade, honra-nos que, até hoje, tenhamos sido capazes de cumprir com os nossos Compromissos, sejam eles decorrentes da natureza da Instituição, sejam eles decorrentes da sua relação com colaboradores e fornecedores.

Mas deve honrar-nos ainda mais, estarmos há trezentos e setenta e cinco anos (375) a servir uma comunidade e uma região, atravessando momentos distintos de dificuldades, mas marcando sempre a nossa presença no apoio aos mais vulneráveis.

Honra-nos que a nossa Fé Cristã nos mantenha no caminho da solidariedade e que a Senhora das Misericórdias nos vá dando guarida no seu manto largo.

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)

ANEXOS

Balanço
Demonstração de Resultados
Fluxos de Caixa
Anexo ao balanço



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	6.811.225,46	6.312.877,06	7,89%
Bens do património histórico e cultural	7	121.363,83	116.588,16	4,10%
Propriedades de investimento	7	4.391.192,69	4.401.672,77	-0,24%
Ativos intangíveis	6	49.745,15	49.745,15	0,00%
Investimentos financeiros	8	134.677,67	129.947,41	3,64%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		11.508.204,80	11.010.830,55	4,52%
Ativo corrente				
Inventários	9	37.785,55	35.743,11	5,71%
Clientes	10	308.133,60	357.204,13	-13,74%
Adiantamentos a fornecedores	10	20.725,50	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	67.616,99	97.473,35	-30,63%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber	13	726.213,49	299.347,80	142,60%
Diferimentos	14	11.527,39	22.300,12	-48,31%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	15	110.980,90	276.136,43	-59,81%
		1.285.768,50	1.090.990,02	17,85%
Total do Ativo		12.793.973,30	12.101.820,57	5,72%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	16	1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	17	1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados	18	794.302,19	748.749,10	6,08%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	18	448.934,92	457.744,00	-1,92%
Resultado líquido do período		34.531,70	47.945,85	-27,98%
Total dos fundos patrimoniais		7.057.154,32	7.033.824,46	0,33%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	22	210.871,17	110.166,35	91,41%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	19	1.987.000,42	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	20	1.311.894,47	0,00	0,00%
		3.509.766,06	110.166,35	3.085,88%
Passivo corrente				
Fornecedores		631.966,24	462.748,03	36,57%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	79.757,85	93.353,65	-14,56%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	18	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	19	284.313,72	2.167.000,42	-86,88%
Diferimentos	13	247.817,21	154.332,97	60,57%
Outras contas a pagar	20	983.197,90	2.080.394,69	-52,74%
		2.227.052,92	4.957.829,76	-55,08%
Total do Passivo		5.736.818,98	5.067.996,11	13,20%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		12.793.973,30	12.101.820,57	5,72%

(1) - Euro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados	21	1.994.182,15	1.835.523,60	8,64%
Subsídios, doações e legados à exploração	21	1.086.880,68	880.482,13	23,44%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	21	22.949,52	34.448,90	-33,38%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-474.520,46	-369.602,97	-28,39%
Fornecimentos e serviços externos	23	-827.203,17	-745.759,71	-10,92%
Gastos com o pessoal	24	-1.986.554,15	-1.825.414,37	-8,83%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	22	-100.704,82	-110.166,35	8,59%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		456.846,15	510.198,56	-10,46%
Outros gastos e perdas		-37.664,76	-54.250,39	30,57%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		134.211,14	155.459,40	-13,67%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-95.602,95	-105.406,61	9,30%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38.608,19	50.052,79	-22,87%
Juros e rendimentos similares obtidos		17,88	19,63	-8,91%
Juros e gastos similares suportados		-4.094,37	-2.126,57	-92,53%
Resultados antes de impostos		34.531,70	47.945,85	-27,98%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		34.531,70	47.945,85	-27,98%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

14 de março de 2023

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		2.071.597,33	1.711.532,86	21,04%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1.199.214,58	-1.066.653,70	-12,43%
Pagamentos ao pessoal		-1.243.300,53	-2.382.858,69	47,82%
Caixa gerada pelas operações		-370.917,78	-1.737.979,53	-78,66%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-111.181,72		0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		193.101,49	2.151.250,89	-91,02%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-288.998,01	413.271,36	-169,93%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-198.826,27	-2.094.166,32	90,51%
Ativos intangíveis		0,00	-2.049,18	0,00%
Investimentos financeiros		-8.082,77	-10.711,61	-24,54%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		110.514,29	297.804,00	-62,89%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		102.500,00	0,00	0,00%
Outros ativos		17.500,00	119.927,82	-85,41%
Subsídios ao investimento		0,00	0,37	0,00%
Juros e rendimentos similares		17,88	19,98	-10,51%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		23.623,13	-1.689.174,94	-101,40%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		120.000,00	1.206.806,94	-90,06%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-15.686,28	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		-4.094,37	-2.126,57	-92,53%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		100.219,35	1.204.680,37	-91,68%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-165.155,53	-71.223,21	-131,88%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		276.136,43	347.359,64	-20,50%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		110.980,90	276.136,43	-59,81%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de dezembro de 2022

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira 3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;



d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.

As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente,



manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.

- **Provisões**

É uma estimativa fiável sob obrigações presentes, prováveis de conferirem um exfluxo de recursos.



- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, representados na Demonstração de Fluxos de Caixa.



Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E

ERROS: Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas e de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (€):

	Saldo Inicial (31/12/2021)	Aquisições e Outros	saldo final (31/12/2022)
Ativos Intangíveis	96.897,87	0,00	96.897,87
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	0,00	47.152,72
Ativo Intangível líquido	49.745,15	0,00	49.745,15

Não houve variância entre o período e o homólogo.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (01/01/2021)	Aquisições e outros	Abates e outros	saldo final (31/12/2022)
Terrenos e recursos naturais	16.174,86			16.174,86
Edifícios e outras Construções	4.037.005,51	3.843,68	76.202,17	3.964.647,02
Outras Propriedades de Investimentos	520.000,00			520.000,00
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	116.588,16	4.775,67		121.363,83
Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais	335.958,46	10.976,10		346.934,56



Outros AFT – Edifícios e Outras Construções	3.399.685,65	31.840,66		3.431.526,31
Equipamento Básico	990.594,75	3.965,60	539,00	994.021,35
Equipamento de Transporte	317.957,71			317.957,71
Equipamento Administrativo	315.636,71	4.496,35		320.133,06
Outros activos tangíveis	62.637,71	1.629,07	677,61	63.589,17
Inves. em Curso- Act. tangíveis	4.189.584,35	534.834,15		4.724.418,50
Ativo tangível bruto	14.301.823,87	596.361,28	77.418,78	14.820.766,37
Depreciações Acumuladas	3.416.129,40	539,00	29.313,20	3.496.984,39
Perdas por Imparidade				
Ativo Fixo Tangível Líquido	10.885.694,47			11.323.781,98

Divulgamos, destacando:

- Na rubrica “Edifícios e Outras Construções” obras de estrutura no edifício da loja de Abrantes, Alferrarede, nomeadamente na cobertura do prédio de propriedade horizontal, substituição de caleiras e pintura de fachada, custos que pela sua natureza foram reconhecidos como ativos fixos tangíveis, entendendo-se que deles resultarão benefícios económicos futuros. Já nos abates sinalizamos a alienação do Andar de Vila Franca de Xira, art. nº 2198 e a Loja de Abrantes, constituída no nosso plano de contabilidade em duas contas, sendo elas a 42295 (loja de Abrantes) e 42299 (3/4 fração Auton. 32 r/c Esq. Alferrarede).
- Na rubrica “Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural” destacamos a aquisição de um molde e cunho de Medalha Artística de comemoração dos 375 anos da Instituição, obras de requalificação do chão da Capela e a aplicação de uma Pedra Ardósia na Mata das Misericórdias em homenagem ao Maestro Fernando Silva.
- Na rubrica “Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais” reconhecem-se trabalhos na Mata como Ativos Fixos Tangíveis.
- Na rubrica “Outros AFT – Edifícios e Outras Construções” destacamos melhoramentos estruturais nas paredes de betão das margens da ribeira e a requalificação da estrada de acesso ao Complexo Social da Instituição.
- Já no “Equipamento básico” e “Administrativo” e “Outros”, entre outros destaca-se a aquisição de equipamento para a cozinha, para a área da saúde, rachador de lenha, com retoma de outro, etc., equipamento informático, conseqüente às normais atividades sociais da SCMA.
- Os Investimentos em curso são afetados positivamente pela continuação da obra do hospital Condessa das Canas.



8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2022 verificou-se uma variação (€4.730,26) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme se segue:

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	390.456,79	301.510,10	88.946,69
Outros	84.063,67	68.092,87	15.970,80
Total	474.520,46	369.602,97	104.917,49

Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Géneros Alimentares	10.255,45	396.653,73	16.452,39	6.196,94
Outros	25.487,66	26.231,31	21.333,16	-4.154,50
Total	35.743,11	422.885,04	37.785,55	2.042,44

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2022 e respetivo período homólogo a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Clientes			
Clientes Gerais	292.844,91	281.944,00	10.900,91
Utentes	76.867,91	59.971,44	16.896,47
Cobrança Duvidosa	15.288,69	15.288,69	0,00
Total	308.133,60	357.204,13	27.797,38

Divulga-se que a Instituição possui um compromisso contratual para aquisição de uma viatura elétrica Ligeira de Mercadorias com Transformação para o Serviço de Apoio Domiciliário, co-



financiada pelo PRR Mobilidade Verde que influenciará no futuro o ativo fixo tangível, propriamente o Equipamento de Transporte. A propósito deste, efetuou-se um adiantamento a fornecedor no valor de 20.725,50€, correspondendo a 50% do investimento.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2022 e em 2021 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva Suportado p/ Reembolso	2.776,52	96.873,35	-94.096,83
Iva Reembolsos pedidos	64.840,47	0,00	64.840,47
Outras		600,00	-600,00
Total	67.616,99	97.473,35	-29.856,36

Divulgamos a abertura e utilização de conta no Plano de Contabilidade para o valor de IVA já Pedido em sede de Reembolso, fazendo a destrição da conta IVA Suportado, cumulativa em anos anteriores dos valores, dos valores a pedir e os já pedidos à Autoridade Tributária.

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	10.356,72	8.728,78	1.627,94
IVA - A Pagar	10.479,16	29.187,74	-18.708,58
Centro Regional de Seg. Social	57.640,60	54.081,63	3.558,97
FCT e FGCT	1.281,37	1.355,50	-74,13
Total	79.757,85	93.353,65	-13.595,80

12. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Não se regista variância nesta rubrica, face ao período homólogo.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo



recebimento das respetivas verbas.

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Outras Contas a Receber			
Pessoal Adiantamentos e outros	248,24	479,7	-231,46
Rendas a cobrar	176.399,13	0	176.399,13
Portugal 2020	30.750,00	30.750,00	0,00
Porc- Mais Centro	6.790,20	6.790,20	0,00
Clifiargus, Lda	201.216,20	201.216,20	0,00
IEFP - Medidas Contrato emprego	3.350,59	0,00	3.350,59
POAPMC	10.119,04	6.222,00	3.897,04
IEFP Estágios Profissionais	23.079,75	13.246,96	9.832,79
Município de Arganil	3.259,50	0,00	3.259,50
Outros Devedores (inclui retroat UCC - SSeARS)	114.746,49	21.468,56	93.277,93
+CO3SO	141.022,97	0,00	141.022,97
IEFP Convert+	7.731,38	13.903,55	-6.172,17
POISE	0,00	5.270,63	-5.270,63
PRR Mobilidade Verde	7.500,00	0,00	7.500,00
Total	726.213,49	299.347,80	426.865,69

14. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2022.

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	10.098,94	10.333,52	-234,58
Outras despesas com Custo Diferido	1.428,45	11.966,60	-10.538,15
Total	11.527,39	22.300,12	-10.772,73

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Diferimentos (Passivo)			
Rendas a reconhecer *	166.847,98	132.231,59	34.616,39
Outros rendimentos a reconhecer (Subsid. exploração e outros)	80.969,23	22.101,38	58.867,85
Total	247.817,21	154.332,97	93.484,24



* Destaca-se nesta rubrica o valor de rendas não pagas e não aceites pela ARS no valor de 166.847,98€ a 31/12/2022, valor este que a Instituição continua a querer reconhecer estando a diligenciar no sentido do pagamento pelo inquilino.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Numerário (caixa)	458,68	513,28	-54,60
Depósito à ordem	53.814,04	269.477,03	-215.662,99
Depósito a prazo	56.708,18	6.146,12	50.562,06
Total	110.980,90	276.136,43	-165.155,53

16. FUNDOS

Esta rubrica não apresentou alteração face ao período homólogo.

Em 31 de Dezembro de 2022 os Fundos da Instituição eram compostos por € 1 137 883,88€.

17. RESERVAS

No decurso do exercício de 2022 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

De referir que a Instituição tem reconhecido o seu Resultado Líquido do Exercício integralmente na rubrica de Resultados Transitados.

18. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
OVFP – Subsídios			
PIDDAC	872,25	996,81	-124,56
Instituto Desporto	498,85	598,57	-99,72
Ministério da Educação	1.596,11	1.795,67	-199,56
Saude XXI	192.544,28	198.209,48	-5.665,20
IEFP- Empresas de Inserção	5.780,59	5.961,19	-180,60
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	93.968,38	96.507,82	-2.539,44
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00



Outros	66.903,23	66.903,23	0,00
Total	448.934,92	457.744,00	-8.809,08

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €2.167.000,42€, repartido por:

- 1.987.000,42 (conta empréstimos obtidos na CCAM, que pode atingir o montante de 2 000 000.00). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas. Este empréstimo confere-se como de longo prazo. Não amortizável no período em causa.
- 200 000,00 (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19. Início da amortização no corrente ano 2022, com um valor cumulativo de 15.686,28€.
- 100 000,00 (conta empréstimos obtidos no Montepio), referente à Linha Depósito Economia Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. Não amortizável no período em causa.

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

Sendo, que os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos que se qualificam (necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso) são capitalizados como parte do custo desses ativos.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2022	2021	Diferença (2022-2021)
Outras Contas a pagar			
Passivo não corrente			
Credores Diversos *	1.311.894,47	0,00	1.311.894,47
Total	1.311.894,47	0,00	1.311.894,47
Passivo corrente			
Remunerações a pagar e afins	4.440,77	7.223,45	-2.782,68
Fornecedores de Investimentos*	585.914,41	462.748,03	123.166,38



Credores por acréscimos de Gastos**	316.004,30	310.685,56	5.318,74
Credores por subscrições não liberadas	0,00	5.670,34	-5.670,34
Credores Diversos ***	63.070,67	1.287.523,01	-1.224.452,34
Perdas por imparidade acumuladas	13.767,75	13.767,75	0,00
Total	983.197,90	2.080.394,69	-1.104.420,24

* Encontra-se registado nesta rubrica o sinal recebido pela venda da Quinta dos Bons Dias, cuja previsão de escritura em 2020 não ocorreu devido à pandemia, a expectativa que a mesma ocorresse em 2022 também não se concretizou devido à instabilidade dos mercados, à crescente taxa de inflação e ao “boom” especulativo do setor imobiliário e da construção civil. Espera-se agora que a escritura venha a ocorrer em 2023.

Por não ser um passivo que constitua uma obrigação reembolsável de curto prazo, isto é, não se torna devido para pagamento no curso normal dos negócios dentro de um período relativamente curto, transferimo-lo do Passivo Corrente, para Passivo não Corrente.

** Fornecedores da obra em curso – remodelação do novo hospital Condessa das Canas;

*** O Valor mais significativo são os gastos com o pessoal, na rubrica de férias, vencidas a 01/01/2023, a gozar e a pagar em 2023.

**** Entrega de utentes confere a maior relevância nesta rubrica.

Pelo reconhecimento da perda por imparidade de 13.767,75€ de dívidas de inquilinos (rendas de casas de habitação), consideradas pela Instituição como perdas:

PERDAS POR IMPARIDADE / REVERSÕES	31-12-2022	31-12-2021
Saldo Inicial	13.767,75	0,00
Aumento do ano	0,00	13.767,75
Reversão do ano	0,00	-
Saldo final	13.767,75	13.767,75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**21. RÉDITO**

O rédito reconhecido pela entidade em 2022 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
VENDAS	0,00	0,00
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.994.182,13	1.835.523,60
Matrículas e Mensalidades de Utentes	103.527,46	979.185,87
UCC	769.436,15	597.285,28
Fisioterapia	115.059,34	104.175,45
Jornal "A Comarca de Arganil"*	137.551,85	116.207,43
Outros	16.570,61	38.669,57
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	22.949,52	34.448,90
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.086.880,68	880.482,13
Centro Distrital da segurança Social	828.607,17	808.396,50
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	258.273,51	72.085,63
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR		
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	456.846,15	510.198,56
Rendimentos Suplementares	16.055,33	3.694,51
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	210.365,08	417.731,82
Outros	230.425,74	88.772,23
Subsídio para o Investimento	9.145,87	8.809,65
(...) Outros	221.279,87	79.962,58
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	17,88	19,63
Total	3.560.876,36	3.260.672,82

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A SCMA considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Em 2022 foi imputado ao rendimento do período o montante de 9.145,87€.



Foram ainda reconhecidos no exercício 1.086.880,68€ de subsídios à exploração da Instituição.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:

22.1 PROVISÃO

Constitui uma obrigação presente legal como resultado de um acontecimento passado, o reconhecimento de uma provisão com base em valor divulgado em citação de um organismo público sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar as obrigações.

Face ao período homólogo onde já tínhamos identificado passivo contingente relacionado com funcionamento do centro de dia e trabalhadores e, até 31/12/2022 a dois dos processos interpostos pela Segurança Social não terem sido suspensos, decidiu-se pela constituição de uma provisão sob os valores conhecidos no total de 100.704,82€ (92.929,82+7.775,00€).

Provisões	Saldo Inicial	Diminuição (Utilização)	Aumento	Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	110.166,35		100.704,82		210.871,17
Total	110.166,35	0,00	100.704,82	0,00	210.871,17

23. PASSIVO CONTINGENTE

Considera ainda a SCMA divulgar um Passivo Contingente pela obrigação possível à data do balanço de aplicação de sanções monetárias em sequência de ações de fiscalização pela Segurança Social (SS), recaindo sobre acontecimentos passados relacionados com processos de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores, no valor estimado mas não fiável de 2.525,00€. Não concordando a Instituição com o descrito em notificações de resultados da fiscalização, procedeu esta às devidas reclamações, estando este processo em suspenso. Não reconhece por isso a SCMA passivo para este acontecimento.



24. ATIVO CONTINGENTE

Havendo um influxo de benefícios económicos prováveis decorrentes da interposição de uma ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, por ocupação de propriedade da SCMA em área excedente à autorizada, estando esta a aguardar decisão judicial, divulga-se o valor da Ação de 1.948.482,60€, não sendo porém este fiável para efeitos de ser constituído ativo da Instituição.

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	31.809,60	29.984,36
Serviços Especializados	278.958,26	262.837,19
Materiais	43.942,41	54.187,67
Energia e fluidos	282.193,51	225.306,92
Deslocações, estadas e Transportes	8.248,83	5.866,80
Serviços Diversos	182.050,54	167.576,76
Total	827.203,15	745.759,70

26. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.610.633,91	1.470.738,69
Encargos sobre Remunerações	342.487,74	317.579,80
Seguros de acidentes no trabalho	22.062,22	22.111,38
Outros Gastos com Pessoal	11.370,28	14.984,50
Total	1.986.554,15	1.825.414,37

27. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2022	2021	Diferença (2022-2021)



Depreciação e amortizações exercício			
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	95.602,95	105.406,61	
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0,00	0,00	
Total	95.602,95	105.406,61	



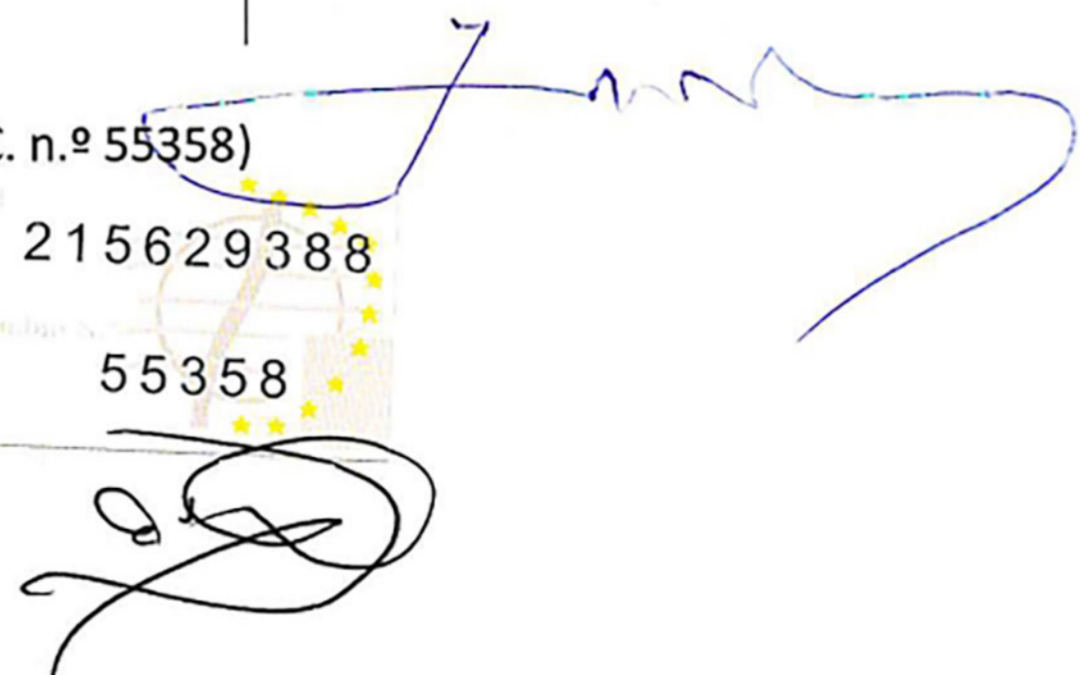
28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- À data de 31 de Dezembro de 2022 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- À data de 31 de Dezembro de 2022 a Instituição tinha ao serviço 149 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.
- Nota explicativa da atividade da Entidade:

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa (Arganil, 15/03/2022)	Conselho Fiscal (Arganil, 15/03/2022)	Assembleia Geral (Arganil, 31/03/2022)
Provedor  Armando Lourenço Jorge Figueiredo	Presidente  Contabilista certificado (C.C. n.º 55358) 215629388 55358 	Presidente

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 FAX 235 200 499 · geral@scmarganil.pt

www.scmarganil.pt · www.facebook.com/misericordiadearganil